



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO - UAD
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Sílvia Luis Mendes Pedrosa

**ANÁLISE SOBRE AS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DOS
ASSISTENTES SOCIAIS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL (CRAS) DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOUSA/PB.**

Sousa/PB
2014

SÍLVIA LUIS MENDES PEDROSA

Análise sobre as condições e relações de trabalho dos Assistentes Sociais dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da Região Metropolitana de Sousa/PB.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação da professora Ms. Maria Aparecida Nunes dos Santos

Sousa-PB
2014

SÍLVIA LUIS MENDES PEDROSA

Aprovada em: _____ de _____ de 2014

Prof^o. Ms. Maria Aparecida Nunes dos Santos
Orientadora

Prof^a. Ms. Maria da Conceição Silva Felix
Examinadora

Prof^a. Ms. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa
Examinadora

Sousa-PB

2014

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste curso é, sem dúvidas, uma grande conquista pessoal e coletiva. Tanto pela dificuldade de conciliar a vida acadêmica, o trabalho e a vida pessoal, quanto pela conjuntura que permeou o desenrolar destes mais de 4 anos na UFCG. Foram muitas as dificuldades e as batalhas travadas na tentativa de minimizar os efeitos da precarização que a Política de Educação tem sofrido no Brasil. Sofremos na pele o quão difícil é lutar por direitos, o que não deixou de ser um grande ensinamento, especialmente para profissionais que terão que conviver com esse desafio cotidianamente.

Certamente esta conquista não se concretizaria sem a proteção de Deus, a quem recorro todos os dias pedindo força para enfrentar as batalhas que a vida me coloca. Obrigada, Senhor, pelas oportunidades e pelas maravilhas que realizas diariamente em minha vida. Sem Ti eu nada seria.

Agradeço à minha família, que compartilhou cada momento, comemorou ao meu lado as vitórias e teve as palavras de conforto nos momentos de dificuldades. Aos meus pais, Williams e Diana, meu eterno agradecimento por terem feito de mim quem eu sou, e minha eterna admiração pelo exemplo de vida. Ao meu irmão, Raony pelo companheirismo. À Gabriela, irmã e parceira profissional, agradeço pelos ensinamentos e pelas experiências compartilhadas que muito contribuíram para meu crescimento enquanto profissional. Ao meu sobrinho, Ruan, agradeço pelos momentos em que em meio ao desespero dos finais de períodos me fazia desgrudar dos livros para atender ao seu chamado na porta do quarto, me fazendo renovar as energias para retomar aos estudos.

Ao meu amor, Fabio, companheiro de todas as horas, agradeço imensamente pela paciência mesmo quando o tempo era curto diante de tantas atividades, pelos stress nos momentos de dificuldade, mas principalmente pelo amor a mim dado, combustível diário para prosseguir sem fraquejar. E que junto aos queridos amigos da “Equipe E”, que aqui represento nas pessoas de Daiane, Luciana, Tarsila e Glauber, me proporcionaram bons papos e risadas.

À família que ganhei ao entrar na UFCG, 1ª turma do curso de Serviço Social, que represento nas pessoas de Alyne, Isabel, Irla, Natana e Suzane, ao lado de quem vivi momentos ímpares, de grande ensinamento. A estas em especial pelo laço de irmandade que criei, e que jamais se desintegrará. Em particular à Irla, pelas horas ao telefone, pela admiração e confiança, pela acolhida no “Ap de Irla e Ivia” (onde fiz morada durante estes anos), pela simplicidade, sinceridade. Aqui expresso publicamente minha admiração pela sua determinação e pelo seu caráter.

Aos mestres que fizeram desta formação, mesmo sob condições adversas, um momento de muito aprendizado, agradeço imensamente. Aos que contribuíram desde o início, quando eu ainda nem sabia o que era Serviço Social, a exemplo de Haideé e Flávio que trilharam outros caminhos profissionais, mas que deixaram a semente do conhecimento entre nós, e à Conceição, que até hoje “sobrevive” à 1ª turma, tão temida na UFCG. E também àquele que chegou depois e foi um “divisor de águas” para todas nós, a quem posso chamar de amigo, que me fez despertar para ver o mundo sob uma perspectiva mais crítica e compreender que existe um mundo de possibilidades enquanto profissional e agente político de transformações, ao professor/amigo Jamerson Souza, minha eterna gratidão.

De forma muito especial, agradeço, também, à orientadora e professora Maria Aparecida Nunes (Cida) por tamanha contribuição, mesmo em tão pouco tempo de contato. Sem dúvidas, um modelo de profissional comprometido com o Projeto Ético-Político profissional e exemplo competência.

A todos, meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata da problemática da intensificação da precarização do trabalho na Política de Assistência Social, em tempos de crise do capital e de contrarreforma do Estado brasileiro. Nesse sentido, tece uma análise sobre a particularidade das condições e das relações de trabalho dos profissionais de Serviço Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de modo específico, daqueles que estão inseridos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), localizados na Região Metropolitana de Sousa/PB. Trata-se de um estudo de campo, bibliográfico, exploratório e de caso e para a coleta de dados, realizou-se, sobretudo, a aplicação de entrevistas aos assistentes sociais para identificar, dentre outras questões, as formas de ingresso na instituição, salários e jornada de trabalho. Tal análise orienta-se sob a perspectiva crítico-dialética, uma vez que possibilita uma análise de totalidade da realidade social em seu movimento de contradições.

Palavras-chave: Condições e relações de Trabalho. Centro de Referência de Assistência Social. Assistentes Sociais. Região Metropolitana de Sousa

Abstract

This Working End of Course (CBT) is the problem of intensification of precarious employment in social assistance policy in times of crisis of capital and against reform of the Brazilian State. In face of reality, objective itself to analyze the Social Workers conditions and work relations that act in Social Assistance of 9 municipal districts that compose Sousa Metropolitan Region in Paraíba. This is a field study, literature review, exploratory case and collecting data, held up above all the application interviews with social workers to identify, among other issues, ways of joining the institution, wages and working hours. Such analysis happens about a critical-dialectic view, once it allows a totality analysis of social reality in its movement of contradictions.

Key-words: Working Condition and relations. Social Worker. Reference Center for Social Assistance. Sousa Metropolitan Region.

LISTA DE ABREVIATURAS

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

IGD – Índice de Gestão Descentralizada

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MPC – Modo de Produção Capitalista

NOB/RH- SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PBF – Programa Bolsa Família

PDRE – Plano Diretor de Reforma do Estado

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Média de Idade	49
Gráfico 2: Modalidade de ensino em que concluíram o curso de Serviço Social.....	50
Gráfico 3: Tipo de instituição em que concluíram a graduação em Serviço Social.....	51
Gráfico 4: Carga horária semanal	52
Gráfico 5: Outros vínculos empregatícios	53
Gráfico 6: Forma de ingresso na instituição.....	54
Gráfico 7: Possuem direitos trabalhistas.....	55
Gráfico 8: A instituição oferece capacitação	56
Gráfico 9: Identificação de limites para atuação profissional.....	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	14
1.1 A crise estrutural e o desencadeamento para o trabalho.....	14
1.2 A Reestruturação Produtiva e o agravamento das refrações da “questão social”	23
CAPÍTULO 2: A CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E A EXPANSÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	28
2.1 A contrarreforma do Estado e a precarização das relações de trabalho	28
2.2 A expansão da Política de Assistência Social para enfrentamento da “questão social”	32
2.3 O SUAS e a precarização das relações de trabalho dos Assistentes Sociais.....	37
CAPÍTULO 3: A particularidade da precarização das condições e relações de trabalho dos profissionais de Serviço Social nos Centros de Referência da Assistência Social.....	43
3.1 Sobre o percurso metodológico.	43
3.2 A particularidade dos municípios da Região Metropolitana de Sousa	45
3.3 Análise dos dados.....	48
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICES	65

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, elaborado junto à disciplina de TCC, oferecido pelo Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Sousa, vincula-se à problemática da intensificação da precarização do trabalho no atual estágio de acumulação do modo de produção capitalista com ênfase na política de Assistência Social, buscando apreender sua configuração e as condições e relações de trabalho, sobretudo, dos Assistentes Sociais, em tempos de crise do capital e contrarreforma do Estado brasileiro.

Nessa direção, o principal objetivo deste trabalho é analisar a particularidade das condições e das relações de trabalho dos profissionais de Serviço Social que atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de modo específico, nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) dos municípios que compõem a denominada Região Metropolitana de Sousa.

As condições e relações de trabalho dos assistentes sociais, bem como dos demais trabalhadores da Política de Assistência Social, já se constitui como debate dentro da literatura profissional, a exemplo das pesquisadoras Ana Elizabeth Mota, Yolanda Guerra e Raquel Raichelis, importantes pesquisadoras a quem se recorreu a fim de conhecer aquilo que já foi identificado em perspectiva de totalidade para relacionar com a particularidade aqui estudada.

Nessa direção, a delimitação do referido objeto de estudo, deu-se, inicialmente, em virtude das inquietações sobre a precarização das condições de trabalho surgidas em sala de aula, de modo específico, naquelas disciplinas que trataram das tendências das políticas sociais em tempos de crise, sobretudo, daquelas que compõem a seguridade social, a exemplo da assistência social e seus impactos para as condições de trabalho dos profissionais de Serviço Social. Além das inquietações no plano teórico, outro elemento que suscitou o interesse pelo estudo da temática refere-se às observações empíricas sobre as condições de trabalho dos profissionais tecidas na experiência dos Estágios Supervisionados I e II, realizados no Centro de Referência da Assistência Social “Abdias Pereira”, na cidade de Nazarezinho/PB, entre os meses Março e Agosto

de 2013, bem como, da experiência vivida diante do vínculo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da cidade de Nazarezinho/PB, no Sertão Paraibano. Ambas situações proporcionaram o contato direto com os assistentes sociais inseridos na Política de Assistência Social, observando suas dificuldades e lutas cotidianas dentro dos serviços socioassistenciais.

Partindo-se do pressuposto de que para compreender a realidade particular dos profissionais do serviço social que estão inseridos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Sousa faz-se necessário inscrevê-la na totalidade que compreende a Assistência Social, no Brasil, e a conjuntura sob a qual vive a classe trabalhadora. E, ainda, sendo o Serviço Social uma profissão assalariada, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, surgida sob o Modo de Produção Capitalista, especialmente na era dos Monopólios e por necessidades geradas nesta fase do capitalismo, optou-se, para apreender a presente problemática, utilizar-se do método crítico-dialético.

Para alcançar tal objetivo realizou-se uma pesquisa bibliográfica a fim de compreender o que a literatura já apresenta de contribuição sobre esta temática, bem como uma pesquisa documental onde recorreu-se a documentos oficiais que apresentam dados sistematizados sobre a problemática. A presente pesquisa caracteriza-se, ainda, como exploratória e de campo. Para coletar os dados aplicou-se um questionário – onde os mesmos assinaram um termo de responsabilidade, onde atestam seu interesse em participar da pesquisa, cientes de que podem deixar de participar a qualquer momento, com perguntas abertas e fechadas a 1 (um) profissional de Serviço Social de cada um dos 9 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) distribuídos pelos municípios da Região Metropolitana de Sousa, já que estes possuem características semelhantes na sua organização da Política de Assistência Social, assim com em outros aspectos, por isso estão divididos politicamente desta forma, acreditando, ainda, que a análise deste conjunto possa oferecer um panorama da realidade das condições e relações de trabalho dos assistentes sociais no sertão paraibano, para assim relacioná-la com a realidade brasileira e mundial da classe trabalhadora.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos, onde no primeiro faz-se um resgate sobre a crise estrutural, iniciada na década de 1970 e o processo de Reestruturação Produtiva que a sucedeu, sinalizando suas consequências para a classe trabalhadora. No segundo capítulo aborda a “contrarreforma” do Estado brasileiro e flexibilização das relações de trabalho que dela decorreu, além das implicações para as políticas sociais, especialmente para a de Assistência Social. O terceiro capítulo traz o percurso metodológico utilizado para realizar esta pesquisa, e retrata a particularidade da precarização dentro dos Cras, expressando-a através da análise dos dados coletados.

CAPÍTULO 1: A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

1.1 A crise estrutural e os desencadeamentos para o trabalho

Como nos ensina Marx na sua obra “O Capital”, o Modo de Produção Capitalista (MPC) diferencia-se dos modos de produção classistas anteriores por diversas características, mas uma peculiaridade, vital a sua sobrevivência, é crucial nesta diferenciação: a forma de extração do trabalho excedente ou sobretrabalho através da “livre” exploração do trabalho humano. Essa exploração da força de trabalho que dá vida e movimenta o ciclo de geração do lucro, dar-se sob os “véus” formais da liberdade, pois ao contrário do escravo e do servo, o trabalhador assalariado – divorciado dos seus meios de produção - encontra-se “livre” para vender sua força de trabalho e, em troca, receber um salário para sua reprodução e de sua família.

Conforme Marx (1890), a mais-valia expressa-se no valor excedente que o capitalista alcança ao final de um processo produtivo através da extração tempo de trabalho excedente ou sobretrabalho e da realização das mercadorias. Ao final do processo, o capitalista – dono dos meios de produção - obtém valores superiores àqueles que foram investidos para produzir mercadorias. O que é possível, dentre outros determinantes, devido a não participação igualitária da classe trabalhadora na riqueza socialmente gerada mediante seu trabalho, sendo repassada à mesma apenas uma parte dessa riqueza na forma de salário.

Importante destacar que, aos “olhos dos escribas burgueses”, como discorre Marx, a relação entre capitalistas – donos dos meios de produção – e proletariado – que possui apenas sua força de trabalho para vender – é baseada na igualdade e na liberdade, uma vez que, ambos se encontram no mercado para negociar suas mercadorias. Porém, sob a crítica da economia política, trata-se de uma relação estruturalmente desigual, pois a força de trabalho é a mercadoria

“especial” que cria o mais-valor e ao final não recebe pela totalidade da jornada de trabalho.

Cabe ressaltar que o possível movimento histórico de elevação dos salários, resultado da organização política dos trabalhadores, não pode comprometer a acumulação do capital. Assim, para que o capitalista obtenha lucro, o salário não poderá ser superior ou igual à riqueza produzida pelo trabalhador, mas, sempre inferior para que este gere mais-valor e sirva de capital para o início de um novo processo produtivo. Isso é o que nos ensina Marx (1890, p.584) quando assinala que “[...] o trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é suficiente que ele produza. Ele tem que produzir mais valia. [...]”. É essa relação de produção de mais-valia que caracteriza o trabalho no Modo de Produção Capitalista.

Além da força de trabalho, outros elementos compõem o processo produtivo como matérias brutas ou primas, ferramentas, máquinas. Ao investir em máquinas, o capitalista poderá reduzir o tempo para produção de mercadoria, barateando-a. Entretanto, os meios de produção – “trabalho morto” - apenas transferem seu valor para a mercadoria enquanto a força de trabalho agrega valor às mesmas. Nesse sentido, Netto e Braz (2011, p. 98) nos explicam que na produção de automóveis, por exemplo, “[...] se uma máquina tem a vida útil de dez anos, a cada ano ela transfere um décimo do seu valor ao valor dos carros. [...]”, ou seja, o que foi gasto na aquisição destas matérias é inserido nos preços das mercadorias, entrando como custo de produção, não gerando, portanto, mais-valor, pois isso cabe à força de trabalho ou “trabalho vivo”.

Os estudos de Marx (1890) nos indicam que há, basicamente, duas formas de aumento na extração de mais-valia: quando há o prolongamento da jornada de trabalho, sem que haja paralelamente o aumento dos salários, ou seja, quando há o aumento do tempo de trabalho não pago pelo desprendimento da força do trabalhador e, nesse caso, trata-se da extração da mais-valia absoluta; Quando há a possibilidade de investir em métodos que aumentem a produção das mercadorias levando à diminuição do tempo de trabalho necessário e, por conseguinte, ao aumento tempo de trabalho não pago, nesse caso observa-se a

extração de mais-valia relativa. Marx (1890, p. 585) explica tal diferenciação da seguinte forma:

[...] A produção de mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção de mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações.

O desenvolvimento dos meios de produção e o conseqüente aumento da extração de mais-valia relativa significam constantes revoluções na produção capitalista, bem como, na vida da classe trabalhadora. Se, por um lado, a incorporação das novas tecnologias no processo produtivo tornou-se vital àqueles capitalistas que desejam manter-se na corrida pela obtenção de lucros, conseqüentemente, tal movimento desencadeou na constituição do denominado “exército industrial de reserva” ou superpopulação relativa. Nessa direção cabe a citação de Marx (1890, p. 724), ao afirmar que:

[...] Esta lei do aumento crescente de capital constante em relação ao capital variável se confirma a cada passo [...] não importa que se tomem diferentes épocas econômicas de um país ou diferentes nações na mesma época. [...].

A necessidade crescente de acumulação e expansão do capital acaba, historicamente, por gerar, com o aumento do capital constante e diminuição do trabalho vivo, níveis alarmantes de desempregados, pois, como discorre Marx (1890, p.731) na chamada Lei Geral da Acumulação Capitalista, a acumulação capitalista “[...] sempre produz, na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população supérflua relativamente, [...] que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital [...]”.

Cabe destacar, ainda, que o movimento contínuo da acumulação do capital combinado à concorrência entre os capitalistas produz uma acumulação diferenciada para àqueles que conseguem se destacar quanto à composição orgânica, ou seja, aqueles que conseguem realizar a mais-valia e conquistar grandes lucros no mercado. Estes acabam “engolindo” aqueles capitalistas que

não conseguem acompanhar o movimento da concorrência. Essa fusão, como destaca Marx, acaba gerando mais que acumulação, gera centralização de capitais. “[...] Ao ampliar-se a massa de riqueza que funciona como capital, a acumulação aumenta a concentração dessa riqueza nas mãos de capitalistas individuais. [...]” (MARX, 1890, p. 726). Estamos diante de dois processos diferentes, a acumulação e a centralização de capital, onde o primeiro antecede e é condição necessária para que o segundo aconteça.

[..] Não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, a qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. [...] O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e concentração (MARX, 1890, p. 727).

Entretanto, essa constante elevação da composição orgânica do capital e o conseqüente crescimento da concentração e centralização de capital adicionado ao aumento do número de trabalhadores que passam constantemente a ingressar no “exército industrial de reserva”, sofrem limitações de ordem estruturais, em virtude da dificuldade de valorização de grandes montantes de capitais, o que leva, associado a outros elementos, à crise do sistema.

A análise teórica e histórica do MPC comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é *constitutiva* do capitalismo: **não existiu, não existe e existirá capitalismo sem crise.** (NETTO e BRAZ, 2011, p. 157)

Durante longas décadas, o MPC conseguiu, mesmo com turbulências em alguns períodos, realizar seu projeto de expansão. Mesmo após a crise de 1929, e das consequências que trouxe, a economia capitalista conseguiu viver um período de prosperidade e crescimento ou uma *longa onda expansiva* (MANDEL, 1990). Porém, nos anos de 1970, o capitalismo sofre sua primeira recessão generalizada com sérias consequências para todos os envolvidos na esfera do capitalista, especialmente para a classe trabalhadora.

Crise que vinha sendo retardada desde o fim da 2ª Guerra Mundial através de medidas anti-crise, com destaque para o papel dos Estados e medidas administrativas de organização da produção que giraram em torno de dois elementos: a tentativa de retomada das taxas de lucros através da associação de produção e consumo em massa, observado essencialmente nos países centrais; e a mundialização de capitais para os países da periferia do mundo. (MANDEL, 1990)

O primeiro elemento refere-se aos “*Anos de Ouro*” do capitalismo ou *Welfare State* assim denominado por ter conseguido, em certa medida, proporcionar, após a Segunda Guerra Mundial, retomada do crescimento econômico com elevadas taxas de juros. Segundo Mandel (1990, p. 275), associou as ideias de Keynes no campo político, que giravam em torno do incentivo a participação do Estado nas relações econômicas, incumbindo-o da missão de produtor e regulador das condições propícias ao desenvolvimento econômico, ao modelo fordista de produção, que revolucionou o mercado com a proposta de produção e consumo em massa (BEHRING E BOSCHETTI, 2011).

Nessa mesma direção, Netto & Braz (2011, p. 204) sinalizam que, nesse período, para preservar as condições de acumulação capitalistas, o Estado passa a exercer funções econômicas diretas e indiretas que seriam, respectivamente, “[...] assumir o controle de empresas capitalistas em dificuldades, a oferecer subsídios diretos e a lhes assegurar expressamente taxas de lucros. [...]” e ainda proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento capitalista investindo “[...] em meios de transporte e infra-estrutura, nos gastos com investigação e pesquisa [...]”, além de indicar áreas de investimentos com retornos garantidos. Mas, segundo os autores, o maior marco da intervenção estatal neste período foi o de

assumir o papel de preservar a classe trabalhadora, que era financiado pelos tributos pagos ao Estado por ela própria. Desta forma, o *Welfare State* combinou elementos na esfera da produção e reprodução social, com forte interferência do Estado que teve grande peso através das políticas sociais.

O segundo elemento diz respeito ao processo de exportação de capitais, que tinha por objetivo valorizar o capital já acumulado e que encontrava dificuldades para valorização dentro das fronteiras dos países centrais, o que provocou um processo de exportações para países periféricos, a exemplo do Brasil, caracterizando um processo de mundialização de capitais, com implicações econômicas e políticas para ambas as partes, conforme aponta Mota (2005).

Uma das consequências mais significativas da internacionalização, ponto de vista político, residiu no fato de as forças produtivas ultrapassarem os limites do próprio Estado nacional, fato que foi protagonizado pelas empresas transnacionais, que passaram a produzir mais-valia simultaneamente em vários países, equivalendo-se do controle das políticas estatais regionalizadas [...] (MOTA, 2005, p. 51).

O Brasil representou com seu “milagre econômico” e, sob o comando dos militares, essa expansão de capitais e a articulação do capital com os Estados burgueses da periferia na tentativa de retardar a eclosão da crise. Noutras palavras, coube aos Estados dos países periféricos o papel de *financiadores* das condições para tal reprodução e manutenção das taxas de lucros.

No cumprimento do papel de indutor da industrialização, o Estado atuou de forma incisiva na formação de uma base produtiva integrada às necessidades dos grandes oligopólios internacionais. Assim intervindo, o Estado cumpriu o papel do capital bancário e do setor privado, que não dispunha de reserva, nesta fase da industrialização (MOTA, 2005, p. 57).

Uma análise crítica deste período permite perceber que por trás das propagandas do governo brasileiro, onde creditava-se ao desenvolvimento industrial a solução para todos problemas do Brasil, o que houve foi uma alta exploração da classe trabalhadora e concentração da riqueza por uma minoria.

Conforme Berinhg (2011), medidas dessa natureza, apesar de terem conseguido durante algum tempo retardar a crise que era reprimida, não se sustentaram diante da conjuntura que se sucedeu. A saturação do modelo do *Welfare State* era previsível, se considera-se a estrutura de funcionamento do capitalismo e observa-se o movimento contrário que o modelo proporcionava, pois o MPC requer, necessariamente, a produção polarizada de riqueza e de pobreza, o que significa não ser possível proporcionar, paralelamente, a produção de superlucros e melhoria das condições de vida e de trabalho para os trabalhadores. De acordo com a análise da referida autora:

A própria lógica interna do crescimento cria empecilhos no momento subsequente: a situação Keynesiana de “pleno emprego” dos fatores de produção, incorporando grandes contingentes de força de trabalho – diminuindo, em consequência, o exército industrial de reserva –, dificultou o aumento da extração de mais-valia, com a ampliação do poder político dos trabalhadores e maior resistência à exploração; e a generalização da revolução tecnológica diminuiu diferencial de produtividade. Esses são processos que implicaram a queda da taxa de lucros (BEHRING, 2011, p.117-118).

Paralelo ao esgotamento de tal modelo, a economia dos países da periferia, que servia para realizar a manutenção das taxas de lucro, começa a se esgotar, interrompendo o seu papel de motor gerador de valorização de capitais importados. De acordo com Mandel (1990, p.23), a recessão da década de 1970 era inevitável, pois trata-se de uma “crise clássica de superprodução”. Contudo, é preciso compreender que as crises capitalistas não estão atreladas apenas à superprodução de mercadorias, é preciso considerar a esfera da circulação, pois a mais-valia não se transforma em lucro automaticamente, entre sua produção e realização existem muitos desdobramentos. Por isso, segundo Mandel (1990, p.

210) não pode haver dissociação entre superacumulação e subconsumo, pois, estas dimensões estão organicamente ligadas e o fato de aumentar o número de mercadorias produzidas, por exemplo, não significa necessariamente a realização da mais-valia. Para conseguir livrar-se da entrada em uma recessão,

[...] são necessárias, de forma conjunta, uma violenta expansão do mercado (do poder de compra dos últimos consumidores) e uma alta efetiva da taxa média de lucros para permitir um novo ciclo de expansão da produção e da acumulação de capital. Mas tal coincidência depende de um concurso de circunstâncias muito numerosas. Por isso a impossibilidade de produzi-la na hora H por tal ou qualquer medida governamental (ou de um acordo privado). Por isso a característica incontrolável do ciclo (MANDEL, 1990, p. 218).

O *boom* da crise expressa-se na queda do preço do petróleo e seus derivados, porém, os números demonstram que a tendência à queda na taxa de lucros se deu em variados países e em diferentes ramos industriais, o que afasta as explicações monocausais da crise. São exemplos dessa afirmação, a queda na taxa de lucro na indústria automobilística, no setor da construção civil, e na indústria de aparelhos domésticos. Segundo Mandel (1990, página), “[...] em janeiro de 1975, as vendas nos Estados Unidos eram 39% inferiores às de janeiro do ano anterior [...]”. Houve uma queda, também, no setor têxtil - que teve grande repercussão no Brasil, pois o país tinha grande participação mundial na produção - de 50% das exportações, tendo ainda demitida 5% de sua mão-de-obra e os investimentos no setor reduzidos à dois terços.

O processo de mundialização provocou, paralelo a expansão de tecnologias e materiais, a universalização, também, dos efeitos da crise, um dos traços que caracteriza a crise desencadeada em 1970 como uma crise estrutural, pois, “[...] ela atinge o sistema global do capital não somente no aspecto financeiro/monetário, mas em todas as dimensões essenciais, ao pôr em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social. [...]”.(MÉSZAROS *apud* PIMENTEL, 2007, p. 159). Dentre as consequências, o desemprego aparece

como problema central, dada a magnitude com que acontece com a eclosão da crise.

Porém, o desemprego não é algo restrito ao período descrito, é elemento indissociável do MPC, tendo em vista o constante desenvolvimento das forças produtivas e o seu papel dentro do sistema: poupar mão-de-obra. E sendo o trabalhador, dentro do MPC, uma mercadoria, torna-se passível a todas as oscilações do mercado. (MARX, 1872, p. 36).

A classe trabalhadora sofre duplamente as consequências do desemprego, pois além de jogar muitos trabalhadores a própria sorte, sem ter meios necessários para realizar trabalho, as taxas de desemprego servem como poder de barganha, fazendo pressão sobre os salários e sob as condições de trabalho daquela parcela que encontra-se empregada, deixando-os sujeitos aos ditames dos seus empregadores. Nas palavras de Marx (1890, p. 738-739)

A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera as mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação social.

Desta forma, o desemprego ao mesmo tempo em que enriquece os capitalistas, acentua a degradação das condições de sobrevivência dos trabalhadores. E, nesse processo, como sabemos, o pauperismo é uma constante no MPC que compõe sua Lei Geral de Acumulação. E tanto o pauperismo como o desemprego são expressões de uma relação mais ampla e complexa da chamada “Questão Social”, a qual

[...] Sua essência encontra-se, conforme Marx, no processo de acumulação capitalista que, de forma antagônica, gera ao mesmo tempo a acumulação de riqueza por parte do capitalista e acumulação da miséria quando pauperiza e degrada o trabalhador (PIMENTEL, 2007, p. 157).

Portanto, estando a “questão social” relacionada ao processo descrito, é impossível desassociá-la de qualquer fase do capitalismo. Ocorre, com o movimento de expansão do sistema, sua ampliação e agravamento das suas expressões. Nos períodos de crise - tomaremos por base a crise estrutural de 1970 em estudo, tendo em vista a sua magnitude - a classe trabalhadora encontra-se num período de maior instabilidade, pois como já vimos, as crises atingem todos inseridos na sociabilidade capitalista, com impactos bem maiores para os trabalhadores, que

[...] são frontalmente penalizados na sua materialidade e subjetividade posto que afetados pelas condições do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego, as perdas salariais, o crescimento do exército industrial de reserva e o enfraquecimento das suas lutas e capacidade organizativa. (MOTA, 2009, p. 4).

A expressão dessa assertiva pode ser encontrada em Mandel (1990), onde analisa que, durante a crise dos anos 1970, houve um aumento do desemprego em proporções superiores à queda da produção, devido a inserção de tecnologias automáticas e semi-automáticas e, ainda, devido a onda longa expansiva, mulheres, jovens e imigrantes foram empregados mesmo sem muita qualificação e com salários baixos, estes se tornavam alvo fácil do desemprego, diante da conjuntura de crise e suas de corte de gastos. Dessa forma, o desemprego chegou a atingir números aproximados a 17 milhões nos países imperialistas (MANDEL, 1990, p. 15).

1.2 A reestruturação produtiva e o agravamento das refrações da “questão social”

Não tendo, pois, o capitalismo se exaurido em função da crise, coube aos capitalistas traçarem novas estratégias na tentativa de recuperação das taxas de lucros. Processou-se, nesse momento, um conjunto de medidas político-

administrativas que extrapolaram o ambiente industrial, a chamada Reestruturação Produtiva que acabou por instaurar a terceira fase do estágio imperialista, marcada pela acumulação flexível. Segundo Mandel (1990, p. 277), “após 1968 e, sobretudo após 1973, a prioridade absoluta se tornou a retomada da taxa de lucro, se preciso ao preço de desemprego massivo e de um agravamento das tensões sociais”.

O processo de reestruturação produtiva vincula-se a implantação de novas formas de organização na produção e, também, na reprodução social, onde buscou-se abandonar os rígidos padrões anteriores baseados no modelo taylorista-fordista, substituindo-os por padrões mais flexíveis que supõem a desterritorialização da produção, incorporação de novas tecnologias além de novas formas de organização do trabalho, acompanhada de um conseqüente processo intenso de desemprego e da precarização do trabalho. Segundo Thomas Gounet (1999, p. 29-30) “A intensificação do trabalho atinge seu auge”, a política básica neste momento “é usar o mínimo de operários e o máximo de horas extras” e, “Além disso, para trabalhar em equipe o trabalhador tem que ser polivalente. Em outras palavras, entrar na grande família Toyota exige mais aptidões que o fordismo.”

Entretanto, para compreender a totalidade do processo da reestruturação produtiva, cabe ir além do seu papel na reorganização da indústria, ou seja, além das transformações nos padrões de produção de mercadorias, posto que:

[...] a reestruturação produtiva é uma iniciativa inerente ao estabelecimento de um novo *equilíbrio instável* que tem, como exigência básica, a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como na das relações sociais (MOTA, 2005, p. 65).

Essa tentativa de retomada dos lucros intensifica, ainda mais, o processo de exploração do trabalho, especialmente dos países periféricos que tornam-se *pobres provedores de capitais* especialmente para os Estados Unidos, que

assumiu, segundo Mota (2005), a posição de *banqueiro do mundo*. Entretanto, por maiores que tenham sido os esforços para retomar o crescimento, introduzindo novos padrões de produção e acumulação, a própria estrutura do sistema impossibilita a retomada do crescimento dos lucros em proporções como as anteriores. O processo de reestruturação, como enfatiza Mandel (1990, p. 203):

[...] Pode, no máximo, modificar o peso relativo dos diferentes ramos industriais dos países imperialistas, redistribuir o desemprego entre vários ramos e qualificações e alterar a localização de áreas de produção relativamente importantes em escala mundial, para alguns ramos. No entanto ela não desembocará em uma taxa de crescimento internacional médio comparável àquela dos anos 50 e 60.

Se as primeiras tentativas de retomada das taxas de lucro, nos anos de 1970, resultaram num agravamento da “questão social”, em virtude de um considerável aumento do “exército industrial de reserva” esse processo se intensifica com a característica do desemprego estrutural ou com a constituição de um “exército mundial de reserva” de trabalhadores (PIMENTEL, 2007). Esse aumento do número de desempregados e, por conseguinte, da deterioração das condições de vida e de trabalho está relacionado ao processo de reestruturação do capital que imprime, segundo Antunes (2003, p. 49-50), uma processualidade contraditória, pois:

se um lado, reduz o operariado industrial e fabril, de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e o assalariamento do setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora.

Assim, ao mesmo tempo em que provoca altos níveis de desemprego - em 2013 o desemprego chegou a atingir cerca de 202 milhões de trabalhadores no

mundo (OTI, 2014), reduz os postos de trabalho, diante da adoção do modelo de produção toyotista, a reestruturação flexibiliza as relações daqueles que encontram-se empregados, submetendo-os a um trabalho “precário, parcial, temporário, subcontratado, “terceirizado” [...]” (ANTUNES, 2003, p. 52), revelando sua face destrutiva para a classe trabalhadora. É nesse sentido que a flexibilização da produção e das relações de trabalho passa a ser o “remédio” indicado pelos defensores do capital para enfrentamento da crise estrutural e, por conseguinte, uma medida a ser adotada e implementada pelos Estados.

Como alertam Tavares e Fiori (*apud* BEHRING, 2008, p.136), a reestruturação teve peso e consequências diferenciadas entre os países centrais e periféricos, onde “[...] houve uma espécie de coordenação da reestruturação produtiva industrial e financeira nos países centrais, cujo custo foi pago duramente pela periferia [...]”. Para os países centrais, a reestruturação significou, mesmo que de forma limitada, a possibilidade de retomada dos lucros, para os países periféricos, um processo de endividamento e exploração.

No caso do Brasil, especificamente, segundo Santos (2012, p. 208), o setor terciário é a maior expressão dessa flexibilização, pois houve a diminuição do emprego industrial e aumento neste setor, e que na verdade essa tendência já era observada no “fordismo à brasileira”, e não em função especificamente da reestruturação no Brasil. Mota & Amaral *apud* Behring (2008, p. 225-226) também sinalizam que a reestruturação no país foi tímida quanto aos processos técnicos, caracterizando-se pela mais expressamente pela “abertura ao capital estrangeiro, privatizações, terceirizações, demissões e aumento da produtividade.” Desta forma, muito mais do que provocar mudanças significativas na produção, com introdução de novas tecnologias, as portas se abriram para a reestruturação sob o discurso ideológico de que o país precisava abandonar seu padrão rígido pela flexibilidade para desenvolver-se, o que resultou em significativas perdas materiais e subjetivas para a classe trabalhadora, perda do patrimônio nacional, endividamento externo, acentuando a vulnerabilidade em relação ao capital internacional, que segundo Santos (2012, p. 204-205) já é característica histórica da economia brasileira, havendo na verdade uma intensificação.

E tendo sido a Reestruturação Produtiva a via de tentativa de saída da crise, cabe salientar que seu desenvolvimento não se deu apenas no que diz respeito aos padrões industriais de produção de mercadorias. Tal mudança na produção requer, também, alterações nos aparatos políticos e jurídicos do capital, o que significa rebatimentos sobre o papel do Estado. Sustentando-se no aparato ideológico do chamado neoliberalismo, a reestruturação produtiva causou um “enxugamento no Estado” (ANTUNES, 2003). Para introdução das medidas neoliberais, fazia-se necessário quebrar todas as barreiras para expandir a mundialização de capitais e, diante das novas necessidades, cabiam aos Estados nacionais promoverem as condições necessárias para tal desenvolvimento, o que incluiria minimizar sua intervenção nas relações de trabalho, reduzir os gastos com o social e facilitar a entrada do capital internacional no seu território, promovendo condições favoráveis para a sua valorização. A particularidade desse processo, no Brasil, dar-se, num cenário pós-Constituição de 1988, sobretudo, em meados dos anos de 1990, com a implantação das medidas de “reforma” do Estado brasileiro, como veremos adiante.

CAPÍTULO 2: A CONTRARREFORMA DO ESTADO E A EXPANSÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 A contrarreforma do Estado e precarização das relações de trabalho

O processo de contrarreforma¹ do Estado brasileiro, segundo análise da autora Elaine Behring (2008), constitui uma das principais determinações dos organismos multilaterais, como Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), para os países periféricos, de modo específico, o Brasil. Esse processo de “remodelagem” da máquina pública é difundido pelos apologetas do capital como uma medida necessária para os países saírem da crise.

No Brasil, a contrarreforma do Estado dá-se na década de 1990, de modo específico, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, mediante a elaboração do Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE), do então ministro Bresser Pereira. Esse documento condensa um conjunto de medidas, referendadas como necessárias para reverter o quadro de instabilidade econômica e política do país. Segundo Behring (2008), um dos principais argumentos adotados para implantação do PDRE referia-se ao fato de que fazia-se necessário diminuir a dívida brasileira, pois isso dificultava as possibilidades de crescimento econômico. Entretanto, ao contrário do que apregoava o referido documento, as medidas da contrarreforma desencadearam um endividamento ainda maior aos cofres públicos, além de altos níveis inflacionários.

Esse aumento da dívida “pública” brasileira pode ser visualizado, segundo Behring (2008), a partir do processo de privatização das empresas estatais. Nas palavras da autora:

¹ O termo reforma não é compatível com as transformações ocorridas no Brasil na década de 1990, uma vez que refere-se a transformações reais, o que não ocorreu neste período. Diante das mudanças que se processaram, o termo contrarreforma define melhor este período, marcado por grandes perdas para a classe trabalhadora. Behring (2008) oferece os elementos para este debate.

Trata-se de um conjunto de medidas fundamentais para o conjunto da contra-reforma, justificadas em nome de uma inserção global competitiva, da diminuição da dívida pública e da mobilização de recursos para a intervenção na área social, conforme os documentos oficiais. (BEHRING, 2008, p. 228)

As privatizações ao contrário do justificado no PDRE, não promoveram as mudanças esperadas. Nesse sentido cabe destacar que as estatais foram vendidas a baixo preço de mercado e o Estado arcou com as dívidas deixadas pelas empresas compradoras. Assim, essas empresas que adquiriram as estatais tiveram, de início, grandes lucros, em função de

[...] reajustes das tarifas antes da privatização; demissões de trabalhadores antes e depois das privatizações; dívidas “engolidas” pelo Tesouro Nacional (ex.: Copisa e CSN); descompromisso dos compradores com os fundos de pensão dos funcionários, cujas aposentadorias ficaram sob responsabilidade do governo; subsídios fiscais aos compradores; empréstimos em longo prazo do BNDES para os compradores [...]; e até dinheiro deixado em caixa, a exemplo dos 700 milhões da Vale do Rio Doce, presenteados para Steinbruch, e dos 1,2 bilhão, deixados para a Telefônica espanhola, em São Paulo. [...] (BIONDI *apud* BEHRING, 2008, p. 236)

A referida citação evidencia que a tentativa de fazer ajuste fiscal, mediante a venda das empresas estatais, e desonerar o Estado e, ainda, ganhar uma quantia de dinheiro com a venda de patrimônio nacional, resultou, sobretudo, no endividamento do país e na desnacionalização de parte do parque industrial, já que a maior parte foi adquirida por empresas estrangeiras ou nacionais em articulação com estas. Assim,

[...] o Estado nacional perde sua margem de manobra na definição de políticas e estratégias. Estes elementos delineiam um padrão de intervenção estatal pautado pela atratividade e pela inserção

passiva no processo de mundialização, colocando o país numa trajetória de instabilidade e crise. [...] (BEHRING, 2008, p. 229)

Concomitante ao processo de privatização, a flexibilização das relações de trabalho, constitui uma das principais medidas que expressam o processo de contrarreforma do Estado brasileiro. Na direção da chamada “mundialização do capital”, os difusores do capital apontam a necessidade de reduzir “custos com a produção” para o país torna-se competitivo no mercado internacional. Nesse sentido,

[...] a saída da crise [...] estaria na redução dos custos, por meio da flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se o Estado da regulação destas relações, inclusive no que se refere à questão da proteção social, com a redução dos encargos sociais (BEHRING, 2008, p. 214)

A propalada redução dos “custos da produção” significava reduzir os custos com a força de trabalho, seja através da redução salarial, seja através da redução na oferta de políticas e direitos sociais, sobretudo, aqueles de cunho universal.

Behring (2008) aponta que o contrato por tempo temporário está entre formas mais reproduzidas com a flexibilização, além da polivalência, provocando nos trabalhadores “insegurança, perda de emprego, precarização das condições de trabalho e saúde, dentre outros” (BEHRING, 2008, p. 225).

Assim, levanta-se a bandeira da flexibilização das relações de trabalho que, ao contrário do discurso dos contrarreformistas, desencadeou num processo alarmante de desemprego e empregos precarizados. O desemprego era fruto, segundo o discurso da época, da falta de interesse ou desqualificação dos trabalhadores. Os pensadores neoliberais propunham, ainda, a flexibilização das relações trabalhistas como a saída para o desemprego, pois acreditavam que a legislação brasileira era muito fechada. Para este, sendo a CLT uma “curiosidade paleontológica juslaboral” (BEHRING, 2008, p. 219), era preciso adequar o país aos novos padrões internacionais, pois flexibilizar e reduzir a proteção por parte

do Estado proporcionaria a geração de mais empregos. Entretanto, os resultados não foram os esperados uma vez que o desemprego aumentou e a precarização cresceu de forma alarmante.

[...] pelos dados do IBGE, o desemprego saltou de 5,3% em 1993, para mais de 7,1% em 2000 [...]. Ao contrário das previsões do Ministério do Trabalho e Emprego, a informalização cresceu, ao invés de diminuir com as novas formas de contrato – de 46,4%, em 1993, para 53,8%, em 2000 (BEHRING, 2008, p. 221).

A precarização das condições de trabalho, expressa através do aumento e o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora demandam, sobretudo, num cenário de crise estrutural do capital, respostas do Estado para seu enfrentamento. Contudo, de acordo com a ofensiva neoliberal, tal enfrentamento às expressões da questão social deve ser realizado, principalmente pela via de políticas focalizadas e pelo próprio mercado. Assim, cabe destacar, como indica Behring (2008), que a lógica perversa das privatizações atinge não apenas os setores produtivos, as políticas sociais, também, têm sofrido um intenso processo de privatizações, o que sinaliza uma realidade ainda mais intensa de precarização da classe trabalhadora, que agora encontra-se em meio a uma realidade instável no mercado de trabalho, ao tempo, que precisam pagar para ter acesso a certos serviços. “Portanto, a privatização gera uma *dualidade contraditória* entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, no mesmo em que propicia um nicho lucrativo para o capital. [...]” (BEHRING, 2008, p. 226).

Nessa direção, os impactos da contrarreforma do Estado para as políticas públicas podem ser percebidos, por exemplo, na sua forma de financiamento, uma vez que, segundo Behring & Boschetti (2011, p. 130), há uma maior arrecadação de impostos indiretos, onerando e penalizando principalmente a classe trabalhadora com rendimentos mais baixos além da redução com gastos públicos na esfera da proteção social, consequência da política neoliberal,

processo que analisaremos com ênfase nas transformações sofridas pela Política de Assistência Social.

Os elementos visualizados dentro da conjuntura brasileira demonstram que a lógica e consequência da ação estatal diante da reestruturação produtiva centram-se no fortalecimento do grande capital e na superexploração e degradação da vida da classe trabalhadora, contribuindo para a sua desarticulação enquanto classe e perda dos direitos conquistados ao longo da história.

2.2 A expansão da Política de Assistência Social para enfrentamento da “questão social”

A aprovação da Constituição Federal de 1988 e, por conseguinte, a regulamentação de importantes direitos sociais, especialmente no que diz respeito à Assistência Social, enquanto Política de Seguridade Social, a exemplo da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 dezembro de 1993, estabelecendo normas e critérios para a organização da Política de Assistência social, representa um componente político importante na luta da classe trabalhadora pela conquista de direitos. Segundo Mota (2010, p. 138),

[...] é importante destacar que o momento político que marcou a definição da Seguridade Social na Constituição de 1988 deve ser reconhecido como expressão de resistência e autonomia dos setores progressistas da sociedade brasileira [...]

Assim, a criação e a regulamentação das políticas sociais no enfrentamento das expressões da “questão social” são frutos, também, da correlação de forças entre capital e trabalho. Contudo, apesar de tais conquistas terem sido reconhecidas legalmente, o período pós-Constituição de 1988, face às medidas da contrarreforma, constitui um momento regressivo na trajetória dos

direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. No que se refere à Assistência Social, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, esta se reduziu ao chamado “Programa Comunidade Solidária”², ferindo profundamente os princípios constitucionais. Além das práticas solidárias, sob a coordenação da Primeira-Dama, no enfrentamento da “questão social”, ao criar tal programa o governo desregulamentou importantes órgãos da área social como a Legião Brasileira de Assistência – LBA, Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência – o CBIA e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea (RAICHELIS, 2011), trazendo implicações políticas significativas. Apesar de ter reconhecido a pobreza, FHC não o fez sob a lógica do direito, deslocando as práticas de enfrentamento da pobreza, conforme apresenta Raichelis (2011, p. 112), “[...] para o campo das iniciativas emergenciais e descontínuas, alimentadoras de práticas clientelistas [...]”. Acerca do referido Programa, Telles (APUD BEHRING (2008, p.254) afirma que o Programa Comunidade Solidária:

[...] opera como uma espécie de alicate que desmonta as possibilidades de formulação das políticas sociais regidas pelos princípios universais dos direitos e da cidadania [...], passa por cima dos instrumentos previstos nas formas da lei, desconsidera direitos conquistados e esvazia as mediações democráticas construídas, sempre sob suspeita de incompetência e corporativismo.

Desta forma, a década de 1990 representou a reiteração de antigas práticas assistencialistas em detrimento da consolidação da Política de Assistência Social enquanto forma de enfrentamento à pobreza, como parte constitutiva da Seguridade Social.

Nos anos 2000, presencia-se a tendência de expansão da política de Assistência Social - já identificado por Mota (1995), na década de 1990 -

² Criado em 1995, o Programa Comunidade Solidária tinha visava atender àqueles que não tinham condições de garantir sua sobrevivência, por meio de ações de combate à fome e à pobreza. Objetivos específicos podem ser encontrados em Raichelis, (2011, p. 107)

sobretudo, a partir da criação do Sistema Único de Assistência Social, expresso na Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004), aprovada mediante a Resolução Nº 145, DE 15 de Outubro 2004 (DOU 28/10/2004), que reitera os princípios contidos na LOAS.

Todavia, compreender esta expansão requer observar os processos contraditórios que a compõem. Uma das expressões de tal expansão é a centralidade que esta política ganha dentro da Seguridade Social. Sobre esta centralidade, Mota (2010, p. 133-134) argumenta que as políticas de Seguridade Social, no Brasil, se inseriram numa lógica contraditória, uma vez que diante das privatizações e mercantilização que atingiram a Saúde e a Previdência,

[...] a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil (MOTA, 2010, p. 133-134).

A autora supracitada, ainda, reitera a centralidade da Assistência Social na Seguridade Social e sua função política, ao afirmar que:

Instala-se uma fase na qual a Assistência Social, mais do que uma política de proteção social, se constitui num mito social. Menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata [...], e mais pela sua condição de ideologia e prática política, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social. (MOTA, 2010, p. 141, grifo nosso).

Desta forma, diante do desemprego estrutural, a assistência social, revestida da utopia de que a desigualdade social poderá ser resolvida através de políticas compensatórias torna-se a principal via para atender àqueles ditos “excluídos” do mercado de trabalho. No entanto, é notória a impossibilidade desta

política realizar tal “missão”, tanto pela própria lógica de funcionamento do capital - que não comporta reformas efetivas e duradouras dentro do próprio capitalismo – ou ainda por não conseguir garantir mínimos a todos que dela necessitam, pois não pode-se desconsiderar o processo anteriormente estudado de flexibilização nas relações de trabalho, que provoca um aumento daqueles desassistidos pela Previdência Social. Couto (2011, p. 62) observa que:

[...] Temos uma população que não está na previdência nem na assistência social, porque não está no trabalho protegido, logo, não está contribuindo para a previdência e, também, não tem os critérios exigidos para a sua inserção na Assistência Social. [...] ou seja, existe uma população enorme que não é protegida. Isto constitui um paradoxo, pois, segundo a lógica do sistema, aquele que não sujeito, aquele/a cidadão/ã, aquela mulher que não estivesse assegurado pela previdência estaria pela assistência. [...]

Diante de um contingente tão amplo de necessitados e da insuficiência no atendimento integral, faz-se necessário selecionar os que serão beneficiados, seleção feita através de terminologias que incorporam, segundo Silva (2013, p. 94), conceitos sociais-liberalistas, a exemplo da vulnerabilidade social, que “(re)naturalizam” a “questão social”, retirando de foco sua relação direta com suas causas fundantes, a expropriação e a exploração do trabalho. Neste sentido,

Os serviços assistenciais, por se destinarem ao excluídos do processo de trabalho, acabam operando um perverso processo de negação e de fragmentação da identidade social dos indivíduos e grupos aos quais se dirigem. [...], os segmentos sociais atingidos pelos programas e serviços de assistência social são reconhecidos pela carência, pela ausência. Para ter acesso, ainda que insatisfatório, a algum serviço ou programa público, é preciso provar a condição de não cidadão (RAICHELIS, 2011, p. 149).

Nessa direção de análise, enfatiza-se a dimensão monetária da pobreza desconsiderando seus aspectos políticos, sociais e culturais e, assim, ganham,

cada vez mais, centralidade, ao longo dos anos 2000, os programas de transferência de renda tornando-se importante alvo de investimentos pelo Estado. Tais programas imprimem materialização à expansão da Política de Assistência Social que apresentou um crescimento superior ao investimento em saúde e previdência, conforme apontam Boschetti & Salvador *apud* Sitcovsky (2010, p. 156). Dados dos MDS (2013, p. 47) mostram um salto de investimentos nesta Política de R\$ 6,5 bilhões, em 2002, para R\$ 56,5 bilhões, em 2012. Se observado o movimento desta expansão, dentro da própria Assistência Social, é notória canalização para os programas de Transferência de Renda, em detrimento dos serviços sociassistenciais.

A partir de dados da Anfip (2011), observou-se que o montante de valores líquidos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF) evoluiu 136,46% entre os anos de 2005 e 2010, mas a execução dos montantes referentes aos serviços e aos programas da Assistência Social teve evolução significativamente menor, no mesmo período de referência (SILVA, 2013, p. 97-98).

Esses dados sinalizam que a Assistência Social vem se reduzindo aos programas de transferência de renda, a medida que presencia-se uma elevação de recursos para tais programas e um inexpressivo montante para financiar os serviços continuados. Segundo dados do MDS, o Programa Bolsa Família atinge, hoje, o correspondente a $\frac{1}{4}$ da população brasileira, o que corresponde a 13,8 milhões de famílias (MDS, 2013, p. 11) e um total de quase R\$ 17 bilhões de pessoas beneficiadas. Todavia, como adverte Silva (2013),

[...] apesar dos números que revelam transferência direta de dinheiro para parte da classe trabalhadora, não podemos falar em redistribuição de renda propriamente dita, já que [...] a Assistência Social brasileira, assentada na transferência de renda e financiada por um fundo público oriundo, prioritariamente e maciçamente, das contribuições sobre a renda do próprio trabalhador, se incumbe de assumir o ônus da promoção da justiça social [...],

arcando com os custos de manutenção da superpopulação relativa (SILVA, 2013, p. 101-102).

A dimensão que o Programa Bolsa Família atinge, paralela à criação do SUAS, revela a reestruturação que a Política de Assistência assume frente às novas expressões da “questão social”. Onde percebe-se que a Assistência Social assume o papel de socorrer os flagelados pelo capital, configurando-se como a principal via de combate à pobreza, com poucas possibilidades de enfretamento da “questão social”, baseada em ações focalizadas direcionadas para um público selecionado de acordo com o nível de não participação na riqueza produzida pela própria classe trabalhadora.

Entretanto, cabe salientar que mesmo havendo esta expansão também nos serviços com a criação do SUAS, expressa, por exemplo, pelo crescente número de CRAS implantados no país, não se pode perder de vista a distância existente entre o financiamento dos programas de transferência de renda e os serviços socioassistenciais, processo que veremos adiante.

2.3 O SUAS e a precarização das relações de trabalho dos Assistentes Sociais

De acordo com a perspectiva de análise adotada para a reflexão do presente estudo, bem como, dos elementos teóricos discutidos até aqui, é possível afirmar que apesar de ser considerado um marco, em função das novas perspectivas de gestão e financiamento que apresenta para a Política de Assistência, além de estabelecer a “universalização dos serviços fundamentais” (ALBUQUERQUE, 2011), o SUAS não está imune à lógica do ajuste fiscal e às demais consequências sofridas pelas políticas públicas sociais advindas com a contrarreforma do Estado. Tal assertiva pode ser visualizada seja na precarização da oferta dos serviços socioassistenciais, seja, sobretudo, na precarização das relações de trabalho que se processam na referida política. Desta forma, Behring

(2011), como alguns dos autores e dados outrora supracitados, que apesar do crescimento dos investimentos na área social,

Observa-se, porém, o baixo investimento exatamente naquele que é a maior inovação nesse campo: a construção do SUAS. Ou seja, não há recursos suficientes para aplicação na rede de serviços, construindo equipamentos públicos, estruturados e de qualidade [...] (BEHRING, 2011, p. 89).

As dificuldades de ordem financeira se expressam, também, quanto ao co-financiamento, já que tendo o SUAS o mérito de ter conseguido espalhar os aparelhos de prestação de serviços sociais pelo Brasil, especialmente através dos CRAS e dos CREAS, observa-se que há uma “[...] dependência muito grande dos recursos federais, que são significativos, mas não são suficientes [...]” (BEHRING, 2011, p. 90).

Apesar da importância de ter tornado a política mais acessível, através da descentralização da gestão e oferta de serviços entre os entes federativos, é preciso considerar sob quais condições essa mudança tem sido realizada. Por isso, olhar a expansão do SUAS requer:

[...] pensar efetivamente quais são as chances reais de mudança que potencialmente ele carrega. Isso implica em considerar o SUAS não só em relação à história da Assistência, [...] mas frente ao quadro da seguridade social pública, e também o das políticas sociais brasileiras e da relação desses com a política econômica. [...] (RODRIGUES, 2011, p. 98-99).

Nessa direção, Rodrigues (2011, p. 103) aponta que dentre os principais desafios a serem enfrentados para efetiva implementação do SUAS, a existência de recursos necessários para se construir os dois principais eixos que se estrutura a política: a construção de uma rede socioassistencial – “equipamentos de lazer, creches, abrigos, escolas, habitações, etc.”, e a implementação da a

Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, aprovada através da Resolução Nº 269, de 13 de Dezembro de 2006, que dispõe sobre a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, visando a qualidade na prestação dos serviços, onde, para tal, se considera a necessidade de:

garantir a “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da tercerização, garantir a educação permanente dos trabalhadores, realizar planejamento estratégico, garantir a gestão participativa com controle social, integrar e alimentar o sistema de informação” (NOB-RH/SUAS , 2006).

Nesse sentido, a NOB-RH-SUAS apresenta-se como uma possibilidade de enfrentamento da precarização na contratação de recursos humanos, condição que se caracteriza como um grande desafio diante da conjuntura política e econômica em ordem mundial.

Para o Serviço Social, o SUAS e os desdobramentos da sua implementação, significam um aumento numérico nos espaços de atuação, e um dos traços que explica tal expansão deve-se a criação e expansão dos CRAS e CREAS, no Brasil. De acordo com a NOB-RH/SUAS, para compor a equipe técnica os CRAS devem conter necessariamente profissionais do Serviço Social, com quantidades diferenciadas de acordo com o porte do município. O que representa um aumento número significativo de postos de trabalho para estes profissionais, já que segundo o Censo SUAS 2011, foram identificados um total de 7.475 CRAS no país.

A observação da organização e funcionamento dos CRAS possibilita visualizar a expansão da Assistência, com sua nova forma de gestão e serviços propostos pelo SUAS e, também, as contradições e dificuldades que cercam esta política.

Entretanto, tal expansão da política, ao tempo que expressa possibilidades de inserção dos assistentes sociais, por outro lado, diante da flexibilização das relações de trabalho enquanto uma medida de contrarreforma que afeta os espaços sociocupacionais públicos, impõe desafios quanto ao enfrentamento da precarização das relações de trabalho. Segundo Raichelis (2010) a questão do trabalho e dos trabalhadores no SUAS é um grande desafio, seja pelas frágeis estruturas de muitos municípios, seja pelos quadros profissionais quanto à diversidade na área de formação, acúmulo teórico-prático, vínculos e condições de trabalho.

A autora apresenta, ainda, um dado espantoso para a classe trabalhadora, uma vez que, entre os anos de 2005 e 2010, os trabalhadores do SUAS sem vínculo permanente cresceram de um total de 34.057 para 60.514, um aumento de 73,1% (RAICHELIS, 2010, p. 763), o que remete para outro problema, com implicações diretas para os usuários, pois a falta de vínculos permanentes provoca rotatividade de técnicos e a consequente descontinuidade nos serviços, contribuindo ainda mais para a dificuldade de ações efetivas.

Além da precarização expressa pelo vínculo, o SUAS coloca ainda outras questões que interferem “negativamente” na atuação dos Assistentes Sociais. Estando inserido na nova lógica privatista para as políticas sociais, com fortes traços da focalização, fragmentação e pontualidade,

[...] as requisições prático-profissionais presentes nas diretrizes do SUAS identifica-se os procedimentos próprios do pragmatismo, da razão instrumental, visando a imediata solução de problemas imediatos. [...] O fato é que se demanda do/a assistente social um atendimento do tipo “aqui e agora”, emergencial, pontual e que altere algumas variáveis da situação apresentada (GUERRA, 2011, p. 278- 279).

Essa característica intensifica as condições de fertilidade para a invasão (neo)conservadora na profissão reestabelece condições para que os assistentes sociais renovem o conservadorismo que a profissão tem buscado romper há décadas e aparece como e constitui empecilho para a efetivação do seu projeto

profissional. “É preciso, pois, fazer a crítica e resistir ao mero produtivismo quantitativo, medido pelo número de reuniões, número de visitas domiciliares, de atendimentos [...]” (RAICHELIS, 2010, p. 765), o que requer um profissional capacitado para ler de forma crítica a realidade institucional, entendendo que “[...] não é possível realizar ações práticas no nosso cotidiano sem reflexões teórico-práticas de cunho transformador (SANTOS, 2011, p. 166), e ter em mente, ainda, a consciência da discrepância existente entre os seus objetivos ao atuar junto a uma determinada demanda e os objetivos institucionais, por isso a necessidade de qualificação contínua. Nesse sentido, a referida autora Raichelis (2010, p. 766) propõe que:

Quanto mais qualificado os servidores e trabalhadores da assistência social, menos sujeitos a manipulação e mais preparados para enfrentar os jogos de pressão política e de cooptação nos espaços institucionais, conferindo qualidade e consistência ao trabalho realizado.

Além das relações políticas que cercam as instituições, os profissionais convivem com a rotatividade, pois como vimos, em sua maioria os trabalhadores não possuem vínculo permanente, dificultando ações efetivas e continuadas, problemas que se somam à questão da infraestrutura.

Algumas pesquisas têm demonstrado que os CRAS possuem más condições infraestruturais e de funcionamento: ausência de móveis adequados, equipamentos (computadores, fax) e de tecnologia (ausência de acesso à internet); ausência de condições de acessibilidade para usuários/as portadores de necessidades especiais. Em muitos municípios, os CRAS ainda compartilham o mesmo espaço com Associações, unidades de Saúde, de Educação, Secretarias, Conselhos Municipais. É importante estar ciente disso, porque daí derivam inclusive condicionamentos claros para o exercício profissional quanto aos seus limites e possibilidades. (GUERRA, 2011, p. 274)

Para além da questão relacionada à infraestrutura, os CRAS apresentam limitações e requisições importantes e diferenciadas aos profissionais que neles atuam e reduzem as possibilidades de efetivação dos próprios objetivos institucionais, em função do papel que adquire dentro da política de assistência social.

O que vem ocorrendo é que os CRAS acabam incorporando demandas que, por inoperância, a rede socioassistencial não atende. Os CRAS acabam oferecendo serviços que não são de sua competência, convertendo-se num recurso da própria rede socioassistencial. Esta rede exige do/a assistente social não apenas conhecimento, através de mapeamento, mas o monitoramento que lhes permita avaliar a qualidade dos serviços, o que indica a importância da dimensão investigativa do exercício profissional. É pela mediação da pesquisa da realidade que o/a profissional encontra a possibilidade do novo no seu exercício profissional [...] (GUERRA, 2011, p. 282).

Braga (2011, p. 150) apresenta pensamento semelhante ao de Guerra ao analisar a sobrecarga que recai sobre os CRAS, ela analisa que se não tomarmos cuidado “o CRAS vira o lugar de tudo que não encontra resposta nas outras políticas”, hiperdimensionando as expectativas em relação à assistência social. A autora observa, ainda, que observa que “o Judiciário sufoca, as outras políticas sufocam e o tempo todo o CRAS fica voltado para responder a essas solicitações, ao tempo que o trabalho estratégico-político fica secundarizado” (2011, p. 150)

Este “sufocamento”, aliado aos baixos salários, vínculos temporários, duplas jornadas (BRAGA, 2011, p. 150) atinge diretamente os assistentes sociais, bem como os demais profissionais inseridos nestes serviços, compondo um quadro precarização totalmente adverso para consolidação de um projeto ético-político voltado para a consolidação de direitos e uma perspectiva emancipatória.

CAPÍTULO 3: A particularidade da precarização das condições e relações de trabalho dos profissionais de Serviço Social nos Centros de Referência da Assistência Social

3.1 Sobre o percurso metodológico

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, pois num primeiro momento foi feita uma revisão de literatura de estudos que envolvem os aspectos políticos, econômicos, sociais que compõem a conjuntura da realidade sob a qual se dá a atuação dos profissionais de Serviço Social na particularidade da Política de Assistência Social. Trata-se, ainda, de uma pesquisa exploratória e de caso, onde buscou-se analisar uma realidade particular que compõe uma totalidade complexa.

A pesquisa realizou-se em campo, ou seja, os dados foram coletados em determinadas unidades empíricas que constituem espaços sociocupacionais para os assistentes sociais. Essa forma de proceder na investigação possibilita uma maior flexibilidade no planejamento e tem o propósito de aprofundar as características do objeto de estudo, conforme apresenta Gil (2009). Desta forma, a pesquisa foi realizada junto aos assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) dos 9 municípios que compõem a Região Metropolitana de Sousa, o que compreende as cidades de Nazarezinho, Aparecida, Marizópolis, São Francisco, Santa Cruz, Lastro, Vieiropóles, São José da Lagoa Tapada e Sousa. Cabe destacar que a referida divisão dos municípios que compõem a Região Metropolitana encontra-se formalizada pela Lei Estadual nº 117, de 21 de Janeiro de 2013.

Para coleta dos dados foi elaborado e aplicado um questionário semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas aos profissionais dos CRAS dos referidos municípios, contabilizando um total de 9 assistentes sociais. Esse questionário objetivou traçar o perfil dos mesmos, na perspectiva de apreender como se processa as condições e as relações de trabalho dos entrevistados. Em cada instituição um Assistente Social foi entrevistado, mediante apresentação e

assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde ficou esclarecido que os sujeitos estavam participando por livre e espontânea vontade e que estes poderiam deixar de fazer parte da pesquisa, caso desejassem. Após a entrevista, os dados foram sistematizados e confrontados com os estudos já realizados, confirmando ou não as informações contidas nas fontes bibliográficas que retratam a problemática numa perspectiva mais abrangente.

Para apreender a problemática da precarização das condições e relações de trabalho na Política de Assistência Social, na perspectiva da totalidade, optou-se pelo método crítico-dialético, uma vez que este possibilita:

[...] situar e analisar os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade como recurso heurístico, e inseridos na totalidade concreta: a sociedade burguesa (BEHRING, 2011, p. 38).

Nesse sentido, a escolha se deu pela possibilidade deste método oferecer uma compreensão da realidade para além de sua aparência, pois segundo Marx,

[...] O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja, estrutura e dinâmica) do objeto. (MARX *apud* NETTO, 2009, p. 8)

Assim, o método dialético propicia compreender a realidade particular dos profissionais de Serviço Social inseridos no CRAS da Região Metropolitana ultrapassando as conclusões aparentes apreendidas no contato inicial com os profissionais que atuam nestes espaços, permitindo situar a realidade dos CRAS da Região Metropolitana de Sousa com a realidade vivida pelos trabalhadores da Assistência Social em nível nacional e classe trabalhadora como um todo.

3.2 A particularidade dos municípios da Região Metropolitana de Sousa

A análise feita até aqui comunga com um dos pressupostos estabelecidos por Boschetti (2011) ao analisar as condições de trabalho no SUAS, onde a mesma afirma que:

[...] o trabalho de qualquer profissional, assistente social ou outro trabalhador/a da Assistência Social, ou mesmo trabalhador/a de qualquer política social, só pode ser compreendido a partir de sua inserção nas condições de trabalho vividas pela classe trabalhadora no contexto do capitalismo contemporâneo. [...] (BOCHETTI, 2011, p. 294).

O entendimento de que há uma relação direta entre exercício profissional e o contexto capitalista deve ser uma constante no cotidiano dos assistentes sociais, pois não podemos perder de vista as implicações que este impõe às demandas, às políticas públicas – espaços de atuação profissional e à própria profissão. Desta forma, analisar esta realidade, numa perspectiva de totalidade, é uma tarefa imprescindível para compreender as particularidades do exercício profissional dentro dos espaços de atuação do Serviço Social. Os CRAS, como vimos, concentram demandas sob as quais o assistente social atua e que expressam a lógica perversa do capital em seu movimento de concentração de riqueza e socialização da pobreza.

Em relação ao Benefício de Prestação Continuada, dos 3.978.478 beneficiários existentes no país, 36% se concentram na região Nordeste, totalizando um montante de R\$ 1.039.962.756,63 (DATA SOCIAL, 2014). Quanto ao Programa Bolsa Família, a mesma região representa 49,8% das famílias beneficiárias, repassando um valor anual de R\$ 1.095.160.778,00 em forma de benefícios. Na Paraíba, 506.403 famílias são beneficiárias do referido Programa, resultando num repasse anual de R\$ 80.876.224,00 (DATA SOCIAL, 2014).

Estes dados evidenciam que diante da situação de pobreza e da falta de acesso aos demais serviços públicos, na atual conjuntura desfavorável para consolidação de direitos e ganhos sociais, a Política de Assistência torna-se a principal forma pela qual a população tem acesso às mínimas condições de sobrevivência, especialmente, através dos benefícios de transferência de renda. Podemos analisar, também, que a lógica de reprodução da pobreza e recurso ideológico que tange ao Programa Bolsa Família evidencia-se ao demonstrar sua concentração justamente nas regiões consideradas mais vulneráveis do país, pois em vez de reverter o quadro de pobreza, conforme estabelece em suas metas, a concessão do benefício, que se dá de forma focalizada, sem o incentivo nas ações socioassistenciais, acaba por fazer do PBF uma ferramenta de manutenção da pobreza (SILVA, 2013).

Uma análise acerca dos números dos CRAS ajuda a compreender os rumos que a Assistência Social tem tomado e como tem se dado a gestão da pobreza no Brasil, e ainda sob quais condições de trabalho os profissionais estão inseridos na política. Dados revelam que no Brasil aproximadamente 4% dos CRAS ainda compartilham o espaço de funcionamento com outros órgãos. Dos 68.275 profissionais da Assistência inseridos nestes espaços, 42.953 possuem apenas nível fundamental, 119.259 são profissionais de nível médio e 79.177 de ensino superior, sendo o Nordeste a região onde se encontra a maior concentração de profissionais que possuem apenas nível fundamental, isto é, 15.331 trabalhadores. Na Paraíba se sobressaem os técnicos de nível médio, que totalizam 3.998, enquanto que de nível superior possui 2.165 e 1.459 de nível fundamental (DATA SOCIAL, 2014).

Os dados são ainda mais preocupantes quando observada a natureza dos vínculos dos técnicos dos CRAS com as unidades empregadoras. No Brasil apenas 34.995 possuem vínculos permanentes, representando 51% dos técnicos. No caso do Nordeste a situação é menos precária, onde 68% dos 21.769 profissionais dos CRAS possuem vínculo permanente. No entanto, a Paraíba, possui ainda 53% destes profissionais contratados de forma temporária, de um total de 1.630 trabalhadores, sem vínculo permanente.

Estes dados compõem, basicamente, o quadro da Assistência Social no Brasil, com ênfase na especificidade da região Nordeste e do estado da Paraíba. Onde em todas as realidades podem ser observadas as condições precárias sob as quais o SUAS tem se expandido, onde observa-se dificuldades estruturais e de pessoal ao mesmo tempo em que se observa um alto gasto por parte do Governo Federal com os programas de transferência de renda.

Se afunilarmos ainda mais nossa realidade a ser analisada, tomando por base, por exemplo, os municípios que compõem a Região Metropolitana de Sousa (Sousa, Nazarezinho, São José da Lagoa Tapada, São Francisco, Santa Cruz, Marizópolis, Aparecida, Vieirópolis e Lastro), com base nos dados disponibilizados pelo MDS e através de pesquisa realizada junto aos profissionais do Serviço Social que atuam nos CRAS destes municípios, compreenderemos ainda mais claramente como as contradições e dificuldades de efetivação do SUAS, onde a precarização das relações e condições de trabalho são expressões, se colocam no nosso cotidiano.

Há uma discrepância, por exemplo, no gasto mensal do MDS com o Programa Bolsa Família e com os serviços socioassistenciais – CRAS e CREAS, conforme observamos na tabela abaixo:

Tabela 1: Recursos Mensais da Política de Assistência repassados aos municípios da Região Metropolitana de Sousa- (Valores Mensais)

MUNICÍPIO	VALOR DOS REPASSES DO PBF	VALOR DOS REPASSES DO IGD-SUAS	PISO BÁSICO VARIÁVEL – CRAS
APARECIDA	167.338,00	1.134,63	6.000,00
SÃO FRANCISCO	114.492,00	1.062,15	6.000,00
SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	219.032,00	1.283,31	6.000,00
SANTA CRUZ	187.062,00	1.453,27	9.000,00
LASTRO	111.110,00	1.038,79	9.000,00
MARIZÓPOLIS	170.240,00	1.002,23	6.000,00
NAZAREZINHO	280.446,00	1.843,52	6.000,00
SOUSA	1.299.690,00	4.766,57	12.000,00

VIEIRÓPOLIS	185.610,00	1.109,60	6.000,00
--------------------	------------	----------	----------

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis em www.mds.gov.br.

Se analisados os indicadores sociais concomitantes aos mostrados na tabela acima, pode-se identificar até que ponto a Política de Assistência, especialmente através do Programa Bolsa Família, já que apresenta os maiores investimentos, tem conseguido ou não atender àquilo que se espera desta Política. O Estado da Paraíba contava em 2009, por exemplo, com uma proporção de 41% dos domicílios em situação de insegurança alimentar e nutricional, o que representa uma grande quantidade de famílias sem condições adequadas de alimentação, somados a 60% dos domicílios particulares permanentes não possuem todos os serviços básicos essenciais, no mesmo período (DATA SOCIAL, 2014).

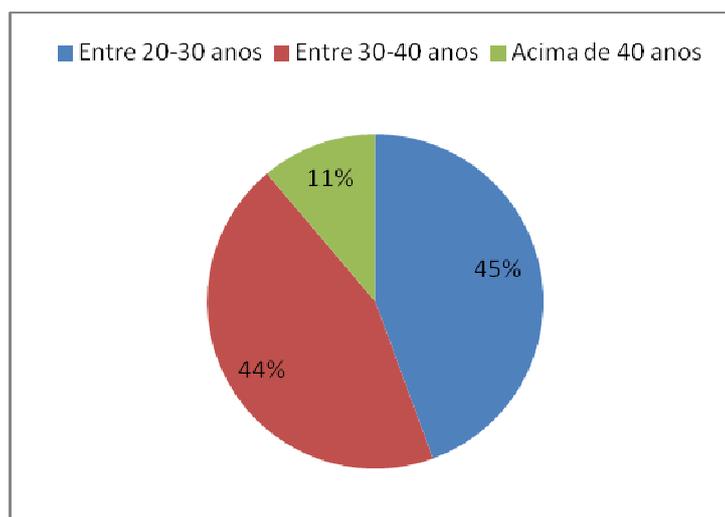
A realidade social de cada um dos municípios, com base nos indicadores do Censo 2010, reiteram o panorama de pobreza e falta de acesso aos serviços identificado no estado. O município de Aparecida, por exemplo, possui uma população 7.676 habitantes, sendo que 1.665 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Em relação à cidade de Sousa, 10,4% da população municipal vivia nesta situação, em 2010, enquanto isso o município contava com apenas um CRAS no período desta pesquisa. O município de Nazarezinho apresenta, por exemplo, 225 crianças de 0 a 3 anos na extrema pobreza não frequentando creche, o que representa 90,2% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária, enquanto que apresenta o segundo maior valor de repasse do Programa Bolsa Família dentre os municípios pesquisados, conforme aponta a **Tabela 1**, evidenciando a indissociabilidade entre o investimento em programas de transferência de renda e acesso aos serviços públicos de qualidade, o que leva à incapacidade dos programas de transferência de renda em solucionar ou reverter o quadro de pobreza no Brasil, objetivos a eles creditados.

3.3 Análise dos Dados

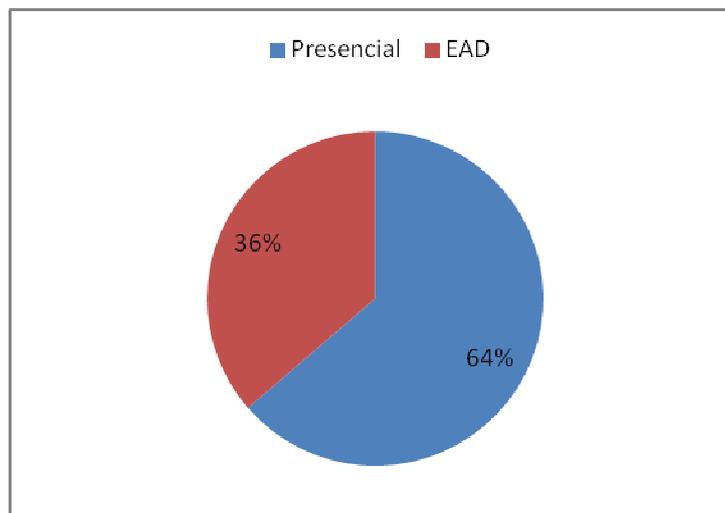
A pesquisa realizada junto às nove assistentes sociais dos CRAS da Região Metropolitana de Sousa, permitiu traçar o seguinte perfil, além de visualizar como tem se dado as relações e condições de trabalho nestes espaços.

Um dos primeiros dados que observados refere-se ao sexo dos sujeitos da pesquisa. O fato desses sujeitos serem todos do sexo feminino reforça a característica histórica que permeia o Serviço Social, de que este tem seu corpo profissional composto predominantemente por mulheres, reiterando, também, os dados identificados pelo CFESS, em 2004, a nível nacional, ao qual identificou que 97% dos assistentes sociais brasileiros eram do sexo feminino. (BRASIL, 2005).

Gráfico 1: Média de idade

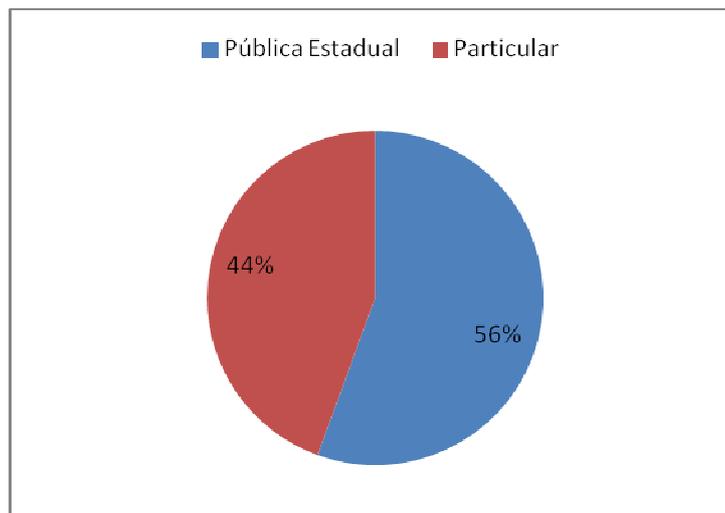


Quanto à idade, a entrevista revelou um quadro de “jovens assistentes sociais”, uma vez que a maioria, isto é, 45% das entrevistadas tem entre 20 e 30 anos de idade. Este dado revela que a maior parte das entrevistadas formou-se já após o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, tendo, possivelmente, concluído a graduação em contato com o novo currículo do Serviço Social e com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o que significa uma formação com uma nova perspectiva de análise da realidade e enfrentamento da “questão social”.

Gráfico 2: Modalidade de ensino em que concluíram o curso de Serviço Social

Quanto à modalidade de ensino na qual concluíram a graduação predomina o ensino presencial, porém com percentual considerável no Ensino à distância, o que confirma o quadro expansivo que o Ensino à Distância tem ganhado num contexto de precarização e mercantilização da educação, de modo específico do ensino superior. Nesse sentido, dados demonstram que entre os anos de 2011-2012, essa modalidade de ensino cresceu 12,2% enquanto que os cursos presenciais cresceram apenas 3,1% no mesmo período (MEC, 2013). Faz-se necessário destacar que a modalidade à distância é alvo de críticas pelas entidades de Serviço Social, tendo em vista a precariedade destas instituições e a sua lógica mercantil. Segundo documento produzido pelo CFESS há uma incompatibilidade entre o Serviço Social e o Ensino à Distância, pois a lógica desta modalidade de ensino diverge com as lutas históricas da profissão:

[...] em defesa da educação superior enquanto direito de todos dever do Estado; da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão [...]; da realização de estágio supervisionado, de modo presencial e com acompanhamento dos supervisores acadêmicos e de campo da realização de pesquisa e investigação como princípio formativo que deve perpassar todo o currículo. (CFESS, 2010)

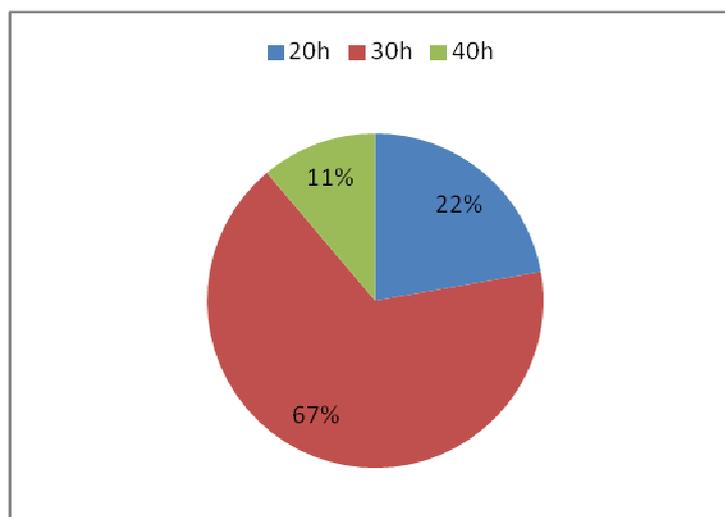
Gráfico 3: Tipo de instituição em que concluíram a graduação em Serviço Social

Ao especificar o tipo de instituição em que concluíram a graduação em Serviço Social, observa-se que quase metade das entrevistadas, 44%, concluíram a graduação no sistema privado de ensino, comprovando a tendência de retração da oferta de serviço públicos gratuitos, onde a educação tem grande destaque. Segundo o Censo da Educação Superior, em 2012, no Brasil, eram 304 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 2.112 particulares (MEC, 2013). O CFESS e as demais entidades ligadas à profissão, alertam para esta expansão, especialmente no que diz respeito ao curso de Serviço Social, “[...] é fundamental apreender o significado dessa expansão desmensurada do ensino superior sem qualidade, em geral com fins lucrativos e à distância, ainda que não exclusivamente. [...]” (CFESS, 2010). A sobreposição dos cursos privados em relação aos públicos se expressa também na Paraíba, onde dos 12 cursos de graduação em Serviço Social existentes em 2010, 9 eram privados. (MEC *apud* CEFSS, 2010).

Em relação à questão salarial todas as entrevistadas responderam receber entre dois e três salários mínimos, traço que revela a distância entre aquilo que a categoria profissional estabelece como piso e vem lutando por sua efetivação e as reais condições de trabalho dos assistentes sociais nos mais variados espaços sociocupacionais.

Cabe ressaltar que a luta pela efetivação do piso salarial, inscrita na Lei n. 5.278/2009, encontra-se em tramitação e prevê um piso de R\$ 3.720,00 para uma carga horária semanal de 30h. Considerando que, atualmente, o salário mínimo é de R\$ 720,00, para que as profissionais entrevistadas estivessem recebendo de acordo com o piso, teriam que receber acima de 5 salários mínimos. Cabe ainda observar que para que sejam asseguradas as condições mínimas aos trabalhadores, o valor calculado para o salário mínimo seria em torno 2.621,70 reais, segundo o Departamento Intersectorial de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2013). Portanto, uma larga distância entre aquilo que a realidade demonstra e o que os profissionais necessitam, aliado ainda ao fato de 55% das entrevistadas relataram terem filhos, uma média de 1,4 filhos.

Gráfico 4: Carga horária semanal

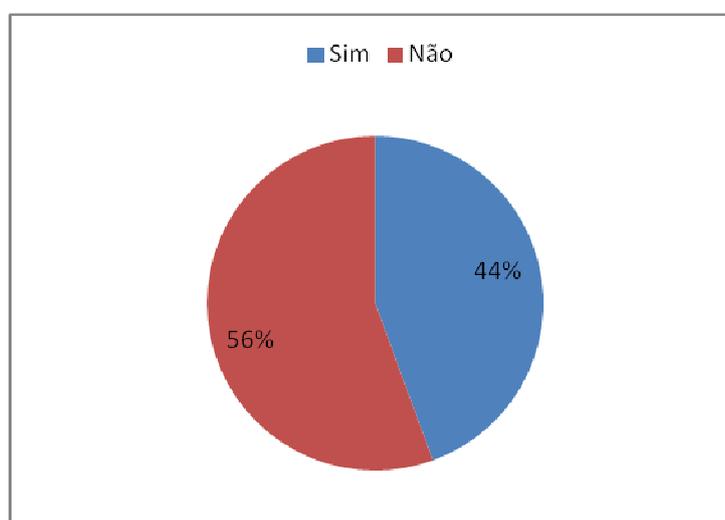


Além da questão salarial, outro ponto que evidencia a precarização das relações de trabalho refere-se à jornada de trabalho. Nesse sentido, a Lei das 30 horas sem redução salarial, Lei n. 12.317/2010, aprovada em 26 de agosto de 2010, constitui-se uma importante conquista profissional, apesar de ainda não ser uma realidade em todos os municípios do Brasil. De acordo com os relatos dos sujeitos da pesquisa apenas 11% declararam uma carga superior a 30 horas semanais, dado que expressa um avanço na luta pela efetivação da referida lei. Cabe destacar que a nível nacional, dados do CFESS, também, reiteram tal

informação uma vez que 50,70% dos profissionais apresentam cargas de 40 horas semanais, seguidos de 28,65% com carga de 30 horas por semana .

Contudo, cabe registrar que, embora, a maioria das entrevistadas disponha de uma carga horária de 30 horas, não pode-se ladear o fato de que muitos profissionais levam atividades do trabalho para serem realizadas no seu domicílio, bem como, a expressiva incidência do pluriemprego, como podemos observar no gráfico 5.

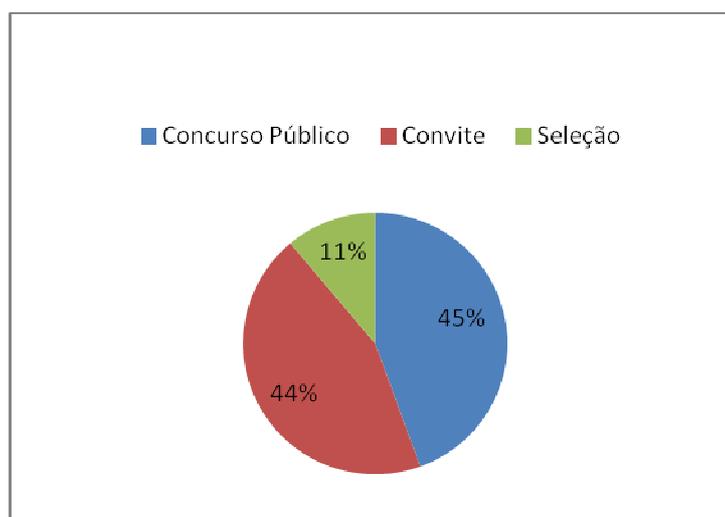
Gráfico 5: Outros vínculos empregatícios



O Gráfico 5 dispõe sobre o pluriemprego, onde constata-se que 44% das entrevistadas possuem mais de um vínculo. Segundo Braga (2011, p. 151), “[...] As condições de trabalho são tão precárias, os salários são tão baixos que o/a profissional trabalha de dois a três municípios. [...]”. O que causa um desgaste físico e mental no profissional que precisa se desdobrar para atender a mais de uma instituição. Evidencia-se também que a carga horária fica comprometida, já que diante do que identificado no Gráfico 4, 89% possuem carga horária igual ou superior a 30h semanais, ou seja, conseguiu-se reduzir a carga horária da categoria, porém os baixos salários obriga-os a procurarem outro vínculo, gerando uma sobrecarga.

Ao confrontar os resultados do Gráfico 5 com os dados referentes a salário, mencionados anteriormente, percebe-se que mesmo aquelas 44% das entrevistadas que possuem mais de um vínculo recebem apenas entre dois e três salários mínimos, reforçando a precarização através dos salários acrescido da sobrecarga de atividades semanais.

Gráfico 6: Forma de ingresso na instituição

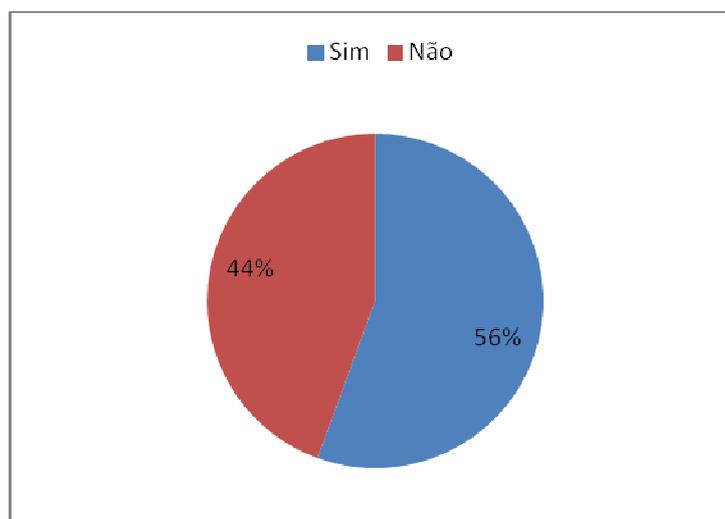


A forma de ingresso dos profissionais nas instituições é, ainda, um dos problemas que cercam a política de Assistência Social e o interior do Serviço Social. O considerável número de ingressos através de convites, o que corresponde a 44%, evidencia a discussão feita por Behring (2008) sob a precarização das relações contratuais com a contrarreforma do Estado. Dado que confronta-se com o que está disposto na NOB-RH/SUAS, onde propõe-se que “Os Planos de Carreira, Cargos e Salários - PCCS deverão ser instituídos em cada esfera de governo para os trabalhadores do SUAS” (NOB-RH/SUAS, NOB-RH/SUAS), onde está inserida proposta de Concurso público como forma de acesso à carreira.

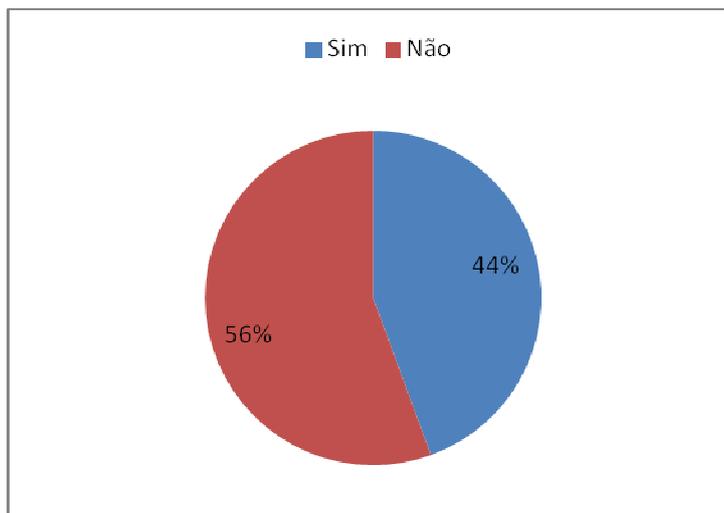
Além da insegurança aos profissionais, a instabilidade dos vínculos trabalhistas decorrentes da não realização de concursos, tendo em vista que 44% das entrevistadas ingressaram no cargo através de convite, coloca sérias

implicações sobre a atuação destes profissionais. Segundo Raichelis (2010, p. 758) estas fragilizações “[...] atinge o trabalho assalariado, sua realização concreta, sua materialidade e as formas subjetivas na consciência dos trabalhadores [...]”. Além disso, no que confere aos espaços sócio-ocupacionais, a exemplo dos CRAS, os vínculos temporários proporcionam a descontinuidade na execução de ações efetivas, bem como, a reprodução de práticas clientelistas.

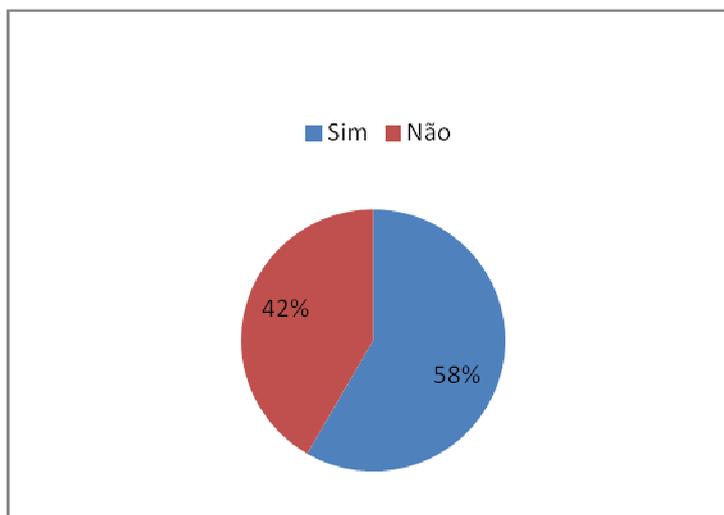
Gráfico 7: Possuem direitos trabalhistas



É considerável o número de trabalhadoras sem direitos trabalhistas, que somados aos dados identificados no Gráfico 6, ressalta a precarização do trabalho do assistente social no CRAS e a realidade que atinge a classe trabalhadora como um todo. Tendo em vista que daquelas que responderam não possuir direitos trabalhistas, ou seja, 44% das entrevistadas, observa-se que 75% destas não são concursadas.

Gráfico 8: A instituição oferece capacitação

Constata-se mais uma vez, conforme disposto no **Gráfico 8**, a discrepância entre o que está disposto na NOB-RH/SUAS em um dos seus princípios a necessidade da Educação Permanente, que “significa o atendimento às necessidades de formação e qualificação sistemática e continuada dos trabalhadores do SUAS.” (NOB-RH/SUAS, 2007)

Gráfico 9: Identificação de limites para atuação profissional

Como demonstra o Gráfico 9, diante das condições e relações de trabalho dos profissionais entrevistados, 58% destas identificam a existência de limites para a sua atuação profissional. Nesse sentido, cabe destacar os seguintes relatos:

“[...] falta de autonomia por não fazer parte do quadro efetivo de funcionários”;

“[...] equipe mínima de profissionais e fragilidade na rede intersetorial”;

“[...] falta de recursos para realizarmos às atividades, o que gera uma prática rotineira e burocrática do serviço”;

“[...] Além dos limites materiais (condições objetivas) que são muitos e diversos, contamos, ainda, com a Política de Assistência Social, cada vez mais, fragmentada, seletiva, conservadora, muitas vezes, direcionada apenas para o Bolsa Família”;

“[...] desvalorização do trabalhador (salários injustos e vergonhosos), falta de capacitação permanente”.

Tais relatos evidenciam que os limites encontrados pelos profissionais no seu cotidiano institucional estão dialeticamente vinculados as condições e as relações de trabalho num contexto de crise estrutural do capital e contrarreforma do Estado brasileiro. Esses limites se expressam colocam em debate as dificuldades como a falta de recursos para a realização de ações efetivas, falta de valorização profissional, seja através dos baixos salários, seja pela falta de autonomia e falta de financiamento de capacitações permanentes, o que revela, ao mesmo tempo, um quadro adverso à consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, e um “convite” à luta, à resistência aos ditames do capital para os/as trabalhadores/as do Serviço Social e, de modo específico, do próprio SUAS.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Assistência Social, se analisada sob uma perspectiva crítica, revela-se como um ambiente marcado por tensões e correlações de forças entre classes sociais. Prova disso é o papel contraditório que assume ao atuar como reprodutora social daqueles excluídos do mercado de trabalho, beneficiando-os minimamente através da concessão de benefícios e serviços que contribuem para sua manutenção, paralelo à sua função de recurso ideológico e econômico em favor do capital.

Por isso, analisar as condições e relações de trabalho dos Assistentes Sociais no CRAS da Região Metropolitana de Sousa/PB requer, necessariamente, inscrever esta realidade particular dentro da totalidade que compreende a sociedade capitalista, bem como compreender os processos que contribuíram para sua organização contemporânea.

Desta forma, percebe-se o impacto que as decisões e modificações pelas quais passa a sociedade capitalista em ordem mundial acabam por trazer consequências para todas as partes do mundo, tendo em vista a estrutura planetária que este sistema atingiu. Assim, os municípios da Região Metropolitana de Sousa/PB, e os serviços neles ofertados, também estão sujeitos à lógica do capital. A agudização das expressões da “questão social” e a nova configuração da Política de Assistência Social diante da “contra-reforma” do Estado, são exemplos deste relação, que precariza os serviços e as condições de trabalho, constituindo-se como um verdadeiro retrocesso político e democrático.

É diante dessa conjuntura que o SUAS vem se expandindo, mas com poucas ações que contribuam efetivamente para sua consolidação sob a lógica do direito, sem desconsiderar, evidentemente, as conquistas políticas para a classe trabalhadora que a Política de Assistência Social carrega. Porém, em concordância com a tese da Professora Ana Elizabete Mota, criou-se em torno desta política o “mito” de que ela acabaria com a pobreza, tornando-a um recurso ideológico de amenização de revoltas populares. Sem esquecer ainda, a concentração de recursos para o pagamento de benefícios de transferência de

renda em considerável discrepância com os recursos destinados aos serviços socioassistenciais, conforme ficou evidenciado na análise dos valores repassados aos municípios em estudo.

Compreender estes elementos é essencial para analisar as condições de trabalho das Assistentes Sociais nos CRAS, objeto de estudo desta pesquisa, já que o financiamento e gestão da Política produz implicações diretas para a atuação destes profissionais, fato que se evidencia através daquilo que as trabalhadoras entrevistadas identificaram como limites para a sua atuação, a exemplo da falta de investimento nas ações, que demonstra os impactos dos baixos recursos destinados aos serviços, determinando também a qualidade dos serviços em virtude dos baixos salários, onde os profissionais precisam ter mais de um vínculo, causando desgastes ao profissional, comprometendo, conseqüentemente, o desenvolvimento de suas atividades; além da falta de capacitação ofertada pelas instituições.

Assim, é diante dessas condições adversas que a Política de Assistência vem tentando enfrentar a pobreza, de forma focalizada, conservadora e seletiva, com profissionais mal pagos, sobrecarregados e inseridos em instituições que executam uma política bem diferente da expressa em sua legislação. É, também, no interior desta realidade contraditória que os profissionais de Serviço Social vêm tentando implementar um projeto profissional voltado para a consolidação dos direitos e construção de uma sociedade democrática e sem desigualdades sociais, entretanto a precarização dos espaços de atuação, a exemplo dos CRAS, e das condições e relações de trabalho dentro destes, apresentam importantes limitações para a efetivação de tal projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Simone. **Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social**. O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social – Brasília: CEFSS, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho/ Ricardo L. Antunes. – 9. ed. – São Paulo: Cortez Campinas, SP : Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BEHRING, Elaine Rosetti. **Brasil e contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos / Elaine Rossti Behring. – 2. ed – São Paulo : Cortez, 2008.

_____, **Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social**. O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social – Brasília: CEFSS, 2011.

_____, **Política social:** fundamentos e história / Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. – 8. ed. – São Paulo : Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social ; v. 2)

BOSCHETTI, Ivanete. **Condições de Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional**. O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social – Brasília: CEFSS, 2011.

BRAGA, Léa Cecílio. **O Trabalho de Assistentes Sociais nos CRAS**. O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social – Brasília: CEFSS, 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília : Ipea, 2013.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica**. 2005.

CFESS, **Sobre a incompatibilidade entre a Graduação e Distância e Serviço Social**. Brasília, setembro de 2010. Disponível em cfess.org.br/arquivos/incompatibilidade_ead_e_ss_cfesscress.pdf

COUTO, Berenice Rojas. **Assistência Social em debate: Direito ou Assistencialização?** O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social – Brasília: CEFSS, 2011.

DATA SOCIAL 2.0. **Dados e indicadores**. 2014. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/METRO/metro.php?p_id=4

DIEESE. **Salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

GIL, Antonio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. – 6. Ed. – 2. Reimpri. – São Paulo: Atlas, 2009.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo : Boitempo, 1999.

GUERRA, Yolanda. **Condições de Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional**. O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social – Brasília: CEFSS, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de Produção do Capital – 8. ed. – São Paulo : DIFEL, 1890 ; v. 2.

_____. ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Disponível em: WWW.psb40.org.br/bib/b30.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2014.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: Os fatos e sua interpretação marxista / Ernest Mandel [tradução de Juarez Guimarães, João Machado Borges]. – São Paulo : Ensaio ; Campinas, SP : Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90 / Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes. – ed. – São Paulo, Cortez, 2005.

_____. **O Mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade / Ana Elizabete Mota (organizadora). – 4. ed. – São Paulo : Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria crítica**. Serviço social: Direitos Sociais e competências Profissionais. CFESS, 2009.

_____ ; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. – 6. Ed. – São Paulo : Cortez, 2010. (Biblioteca básica do serviço social ; v. 1);

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Fraca recuperação na economia não chega ao emprego**. Disponível em: WWW.oit.br/content/fraca-recuperacao-economia-nao-chega-ao-emprego. Acesso em: 01 de fevereiro de 2014.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova questão social”?**: raízes materiais e humanossociais do pauperismo de ontem e de hoje / Edlene Pimentel. – Maceió : EDUFAL, 2007.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS**. Rev. Ser. Soc., São Paulo, n. 104. 2010.

_____. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**: caminhos da construção democrática / Raquel Raichelis. – 6.ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

RODRIGUES, Mavi Pacheco. **Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social**. O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social – Brasília: CEFSS, 2011.

SANTOS, Francine H. Coutinho dos Santos. **O Trabalho de Assistentes Sociais nos CRAS**. O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social – Brasília: CEFSS, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. / Josiane Soares Santos. – São Paulo : Cortez, 2012. - (Coleção biblioteca básica do serviço social ; v. 6)

SILVA, Sheyla Suely de Souza. **Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital**.

Proteção Social e espaços sócio-ocupacionais. – São Paulo, SP : Cortez, 2013. -
Ver. Trimestral de Serviço Social : Ano XXXIII – nº 113 – Março de 2013.

SITCOVSKY, Marcelo. “**Particularidades da expansão da assistência social no Brasil**”. IN: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. – 4. ed. – São Paulo : Cortez, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa intitulada “Análise sobre as condições e relações de trabalho dos Assistentes Sociais dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da Região Metropolitana de Sousa/PB”. O presente projeto tem por objetivo analisar as condições e relações de trabalho dos Assistentes Sociais que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social Região Metropolitana de Sousa, temática que surgiu da inquietação provocada pela prática dos Estágios Supervisionados I e II, realizados no Centro de Referência da Assistência Social “Abdias Pereira”, na cidade de Nazarezinho/PB, entre os meses Março e Agosto de 2013, e visa, além de analisar as condições e relações de trabalho, traçar o perfil socioeconômico dos profissionais de Serviço Social que atuam nos referidos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), conhecer as condições e relações de trabalho que envolvem a instituição e o profissional de Serviço Social, identificar as condições subjetivas de trabalho dos Assistentes Sociais entrevistados. Desta forma, pretende-se desenvolver pesquisa de campo, onde se tem o objetivo de visitar todos os CRAS dos 9 municípios que compõem a Região Metropolitana de Sousa, realizando entrevista com um profissional de cada uma das instituições. Através do estágio foi possível observar de perto que a precarização que assola a classe trabalhadora como um todo, revela-se também no trabalho dos Assistentes Sociais, por isso da realização da pesquisa.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS: Esta pesquisa não apresenta riscos para seus participantes, sendo que se justifica pelo benefício que essa pesquisa trará para toda a categoria dos profissionais de Serviço Social.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: A participação do Sr.(a) nessa pesquisa não implica necessidade de acompanhamento e/ou assistência posterior.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: O Sr.(a) será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O Sr.(a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Seu nome não será liberado sem a sua permissão. Você não será citado(a) nominalmente ou por qualquer outro meio que o identifique individualmente em nenhuma publicação que possa resultar deste

estudo. Uma cópia deste consentimento informado, assinada pelo(a) Sr.(a), ficará sob a responsabilidade do pesquisador responsável e outra será fornecida ao Sr.(a).

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Esta pesquisa não apresenta danos para você e, portanto, não há necessidade de ressarcimento e indenização.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE: Eu,

_____,
fui informado dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e desistir de participar da pesquisa se assim o desejar. A pesquisadora SÍLVIA LUIS MENDES PEDROSA certificou-se de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Também sei que em caso de dúvidas poderei contatar o(a) estudante SÍLVIA LUIS MENDES PEDROSA, através do telefone (83) 81249465 ou o(a) professor(a) Maria Aparecida Nunes dos Santos telefone (83) 99811454.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

NOME: _____

Assinatura do Participante

___/___/___

Data

NOME: _____

Assinatura do Participante

___/___/___

Data

APÊNDICE B
ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Idade: _____
2. Estado civil: () casada () solteira () viúva () divorciada () outros _____
3. Tem filhos? sim () não (). Se sim, quantos? _____
4. Ano de conclusão do curso de Serviço Social: _____
5. Instituição de Formação Acadêmica: _____
6. Possui outra graduação? sim () não (). Se sim, qual? _____
7. Remuneração: () até um salário mínimo () entre dois e três salários mínimos () entre três e quatro salários mínimos () acima de cinco salários mínimos
8. Carga horária: _____
9. Forma de ingresso na instituição: () concurso público () seleção pública () convite outros _____
10. Tempo de atuação na instituição: _____
11. Qual a forma de vínculo com o município? _____
12. Possui direitos trabalhistas? () sim () não. Se sim, quais? _____
13. Possui outro vínculo empregatício? () sim () não. Se sim, qual? _____
14. A instituição oferece capacitação? () sim () não. Se sim, quais temáticas foram trabalhadas?

15. Quais as atividades que desenvolve na instituição? _____

16. Você identifica limites para a sua atuação? () sim () não . Se sim, quais ?

APÊNDICE C

Termo de compromisso e responsabilidade

(Pesquisador participante)

Eu, SÍLVIA LUIS MENDES PEDROSA, aluna do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), responsabilizo-me, junto com minha orientadora, Professora MS. Maria Aparecida Nunes dos Santos, a desenvolver o projeto de pesquisa intitulado “Análise sobre as condições e relações de trabalho dos Assistentes Sociais dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da Região Metropolitana de Sousa/PB”. Comprometo-me, ainda em assegurar que sejam cumpridos os preceitos éticos previstos na resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e demais documentos complementares.

Responsabilizo-me também pelo zelo com o meu projeto de pesquisa pelo fiel cumprimento das orientações sugeridas pelo meu orientador nas atividades de pesquisa e, junto com ele pelos resultados da pesquisa para sua posterior divulgação no meio acadêmico e/científico.

Sousa-PB, 24 de fevereiro de 2014.

SÍLVIA LUIS MENDES PEDROSA

APÊNDICE D

Termo de compromisso e responsabilidade do Pesquisador responsável

Eu, Maria Aparecida Nunes dos Santos, docente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), responsabilizo-me, pela orientação da discente SÍLVIA LUIS MENDES PEDROSA, no desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado “Análise sobre as condições e relações de trabalho dos Assistentes Sociais dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da Região Metropolitana de Sousa/PB.” Declaro estar ciente e comprometo-me em assegurar que sejam cumpridos os preceitos éticos previstos na resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e demais documentos complementares.

Responsabilizo-me também, pelo zelo com o projeto de pesquisa no sentido de manutenção da privacidade e sigilo das informações, resguardo da segurança e bem estar dos participantes nela recrutados, pelos resultados obtidos e posterior divulgação no meio acadêmico e científico, pela comunicação ao Comitê de Ética da Universidade Federal e Campina Grande sobre qualquer alteração no projeto e/ou ocorrência de evento adversos que impliquem no cancelamento da pesquisa, bem como pelo arquivamento durante 5 (cinco) anos, após o término da pesquisa., de uma das vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado por cada participante recrutado durante a execução da mesma.

Sousa-PB, 24 de fevereiro de 2014.

Maria Aparecida Nunes dos Santos